
O CONHECIMENTO GEOGRÁFICO SOBRE OS TRABALHADORES: REFLEXÕES SOBRE AS PESQUISAS NOS ESTADOS UNIDOS E BRASIL¹

GEOGRAPHICAL SCHOLARSHIP ON WORKERS: REFLECTIONS IN THE FIELD IN THE UNITED STATES AND BRAZIL

Andrew Herod²

aherod@uga.edu

RESUMO

Neste artigo procuro traçar duas linhas de reflexão. Em primeiro lugar, vou apresentar um breve panorama de como, o que veio a ser chamado de "*Labor Geography*"³, desenvolveu-se enquanto um campo vibrante de pesquisa no mundo da língua inglesa e quais são alguns dos seus princípios centrais⁴. Em segundo lugar, argumentarei sobre algumas semelhanças e diferenças entre as abordagens desses geógrafos ingleses e geógrafos brasileiros que estão interessados em questões de *labor e work*. Ambos os grupos, por exemplo, foram amplamente influenciados pela teoria marxista (explícita ou implicitamente) no desenvolvimento de suas pesquisas. Ao mesmo tempo, no entanto, "*Labor Geography*" e o que se refere enquanto "Estudos de Geografia do Trabalho", no Brasil, também têm algumas diferenças importantes.

ABSTRACT

In this paper I seek to do two things. First, I want to provide a brief overview of how what has come to be called "Labor Geography" developed as a vibrant field of research in the English-speaking world and what are some of its central tenets. Second, I want to talk about some commonalities and differences between the approaches of those Anglophonic geographers and Brazilian geographers who are interested in questions of labor and work. Both groups, for instance, have largely relied upon Marxist theory (either explicitly or implicitly) in developing their research. At the same time, however, "Labor Geography" and what is referred to as "Estudos de Geografia do Trabalho" in Brazil also have some important differences.

¹ O presente artigo é resultado da participação do professor Andrew Herod durante o I Seminário Questões do Trabalho, Ambientais e da Saúde do Trabalhador, realizado no ano de 2013 na Faculdade de Ciência e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP/Presidente Prudente. Esse evento foi organizado pelo **Coletivo CETAS de Pesquisadores** (Centro de Estudos sobre Trabalho Ambiente e Saúde), e marca o início da criação dessa nova experiência de organização de Grupo de Pesquisa no âmbito da Geografia brasileira.

A tradução do original foi realizada por: Eduardo Augusto Werneck Ribeiro, Eivelton da Silva Fonseca, Fernando Mendonça Heck, Antonio Thomaz Junior e Juscelino Eudâmidas Bezerra.

² Professor do Departamento de Geografia, da Universidade da Geórgia, Athens, GA 30605, Estados Unidos.

³ Na tradução do original, decidi-se manter este termo em inglês pelo seu significado conceitual. A *Labor Geography* pode ser pensada como uma "geografia por e para os trabalhadores" numa contraposição ao termo *Geography of Labor* que seria mais uma "geografia do emprego". (Nota dos Tradutores).

⁴ Por razões óbvias eu ter escrito esta peça pela primeira vez em Inglês e foi então traduzido para o Português. Discutirei mais adiante neste artigo algumas das questões envolvidas com a tradução do termo Inglês "*Labor Geography*" para o Português (Nota do Autor).

O DESENVOLVIMENTO DA GEOGRAFIA DO TRABALHO ANGLOFONICA***Preliminares - Espaço, Poder e Práxis Espacial***

Antes de delinear um pouco a história do campo da *Labor Geography* no mundo Anglofônico é útil, ao meu ver, definirmos o contexto de onde ela emergiu. Em particular, desde a década de 1970, geógrafos Anglofônicos - que desde os primeiros dias da Geografia Crítica, em grande parte dedicaram-se à teoria marxista, como Richard Peet (1970, 1981, 1983), David Harvey (1972, 1973, 1976, 1982), Steen Folke (1972), Doreen Massey (1973, 1984), Richard Walker (1978, 1981), Neil Smith (1984), e outros – têm-se interessado por questões de espaço e poder.

A saber, duas das principais influências teóricas dos muitos trabalhos iniciais, nesse sentido, vieram a partir de dois teóricos franceses: Michel Foucault e Henri Lefebvre⁵. Tanto Foucault quanto Lefebvre argumentaram que a maneira como as paisagens são transformadas é tanto um reflexo do poder político, como também de um modelo conforme esse poder é articulado. Assim, em sua análise das instituições na era industrial - tais como prisões, escolas, fábricas e hospitais - Foucault (1984, p. 252) sugeriu que "o espaço é fundamental em qualquer exercício do poder"⁶ e que a configuração física dessas instituições, muitas vezes, foram concebidas com a finalidade de controlar o comportamento daqueles contidos dentro delas, através da criação de uma suficiente "arquitetura de supervisão" e "espaço disciplinar"⁷, para provocar a obediência⁸. Assim, ele asseverou: "disciplina é proveniente dos rendimentos provenientes da distribuição dos indivíduos no espaço"⁹ (Foucault, 1975/1977, p. 141).

Enquanto Foucault foi o grande interessado em saber como a distribuição espacial de várias instituições poderia ser usada para controlar aqueles que vivem e/ou trabalham nelas, Lefebvre estava interessado na conexão mais ampla entre o capitalismo e sua geografia. A este respeito, é o seu trabalho, ao invés do de Foucault, que teve a maior influência sobre os primeiros marxistas como Harvey. Em particular, Lefebvre (1976/1991,

⁵ Para saber mais sobre como Foucault influenciou Geografia anglofônica consulte Crampton e Elden (2007). Para saber mais sobre como Lefebvre influenciou Geografia anglofônica, consulte Elden (2004) (Nota do Autor).

⁶ Tradução livre.

⁷ Tradução livre.

⁸ A título de exemplo, para saber mais sobre como várias empresas diferentes controlavam a distribuição espacial de seus espaços de trabalho, como forma de controlar os seus trabalhadores, ver: Herod (2010a). (Nota do Autor).

⁹ Tradução livre.

p. 53) argumenta que "cada sociedade produz um espaço, o seu próprio espaço"¹⁰ e que, conseqüentemente, o capitalismo tem uma geografia particular, porque sua dinâmica geográfica - por exemplo, como ele produz desenvolvimento desigual - é diferente das dinâmicas geográficas em outras formas de organização econômica¹¹. Na verdade, para ele, a sobrevivência do capitalismo é dependente da produção de sua organização geográfica de forma particular (como uma paisagem de acumulação e de não-acumulação, por exemplo). Como reitera o autor (1973/1976, p. 21, *grifos no original*):

O capitalismo encontrou-se capaz de atenuar (*se não resolver*) suas contradições internas por um século e, conseqüentemente, nos cem anos desde a redação de O Capital, ele conseguiu alcançar "um crescimento." Nós não podemos calcular a que preço, mas sabemos os meios: pela ocupação do espaço, pela produção de um espaço¹².

Para Lefebvre (1976), então, o segredo do sucesso do capital reside na sua capacidade de construir paisagens econômicas que permitem a extração e realização da mais-valia durante o processo de acumulação. Porém, mais do que isso, ele sugere que qualquer tipo de ação anti-capitalista, na sua essência, precisa ser geográfica, porque, assim ele sustentou (1976/1991, p. 53), "novas relações sociais exigem um novo espaço, e vice-versa"¹³. Assim, se as maneiras pela qual são transformadas as paisagens no capitalismo servem para a manutenção do próprio capitalismo enquanto sistema econômico, qualquer desafio ao capitalismo exigiria novos tipos de paisagens. Conseqüentemente, para ele, qualquer "revolução que não produz um novo espaço não se deu conta de seu potencial, na verdade ela falhou na medida em que não mudou a própria vida, mas apenas mudou superestruturas ideológicas, instituições ou aparatos políticos"¹⁴. Pelo contrário, para uma transformação social ser "verdadeiramente revolucionária no caráter, [ela] deve manifestar a

¹⁰ Tradução livre.

¹¹ Smith (1984) argumentou que, enquanto o desenvolvimento desigual na era pré-industrial foi em grande parte o resultado de um acidente da natureza, de modo que regiões ricas foram as que apresentaram, por exemplo, bom clima e solo, o que lhes permitiu produzir produtos agrícolas facilmente, após a ascensão do capitalismo, o desenvolvimento desigual se tornou endêmico no sistema e não moldado pelos tipos de fatores que anteriormente moldaram. Assim, através da aplicação de capitais na forma de investimentos em, por exemplo, a irrigação bem como a aplicação de fertilizantes artificiais, tornou-se possível fazer agricultura produtiva em áreas onde ainda não havia sido possível. Para Smith, então, o desenvolvimento desigual sob o capitalismo não é o resultado da impossibilidade de desenvolvimento, nem mesmo um acidente histórico que deixou alguns lugares ricos em recursos e outros com a escassez deles. Pelo contrário, ela é parte integrante do processo de acumulação e é a "marca da geografia do capitalismo [isto é] a expressão geográfica sistemática das contradições inerentes à própria constituição e estrutura do capital" (p. xiii) (Nota do Autor).

¹² Tradução livre.

¹³ Tradução livre.

¹⁴ Tradução livre.

capacidade criativa em seus efeitos sobre a vida diária, na linguagem *e no espaço*¹⁵ (p, 54, *grifo nosso*). Isto significa que a luta de classes é fundamentalmente espacial.

Considerando que um sistema econômico pós-capitalista, então, certamente, materializa paisagens de diferentes maneiras, Lefebvre (1976) notou a relação entre espaço e sociedade como dialética, de modo que ativamente a materialização das paisagens de diferentes maneiras também é importante para solidificar qualquer tipo de sociedade pós-capitalista. Trazendo tudo isso junto em seu *opus magnum*, "*A produção do espaço*", ele expôs um quadro triádico para compreender a relação entre o funcionamento do capitalismo e da geografia do modo de produção capitalista¹⁶. Ao fazê-lo, ele distingue três elementos, sendo estes os que denominou (1976/1991, p. 33-39):

- **Prática espacial**, que é o meio pelo qual os espaços materiais de qualquer sistema social são feitos e o mecanismo pelo qual as pessoas fazem uso, e transformam esses espaços;
- **Representações de espaço**, que "estão ligadas às relações de produção e para a 'ordem' que essas relações impõem, e, portanto, para o conhecimento, para signos, os códigos" onde são formalizadas as representações do espaço apresentado por planejadores, cientistas, arquitetos, engenheiros, artistas, e assim por diante, *via* sistema de signos e imagens verbais e não-verbais - mapas, modelos, planos, pinturas, etc. - através do qual eles guiam como o ambiente construído é materialmente construído e conceituado¹⁷ e;
- **Espaços de representação**, que encarnam "simbolismos complexos" ligados à vida cotidiana, que sobrepõem espaço físico e que fazem uso simbólico do que ele contém, de modo que eles são "diretamente vividos... imagens e símbolos associados, que são os espaços físicos em que a vida cotidiana é vivida e significados simbólicos em que são promulgadas em forma espacial e são retirados do ambiente construído, como por meio de murais, cartazes de propaganda, arquitetura vernacular, e assim por diante¹⁸".

¹⁵ Tradução livre.

¹⁶ Significativamente, uma das primeiras coisas que muitos governos revolucionários têm procurado fazer é redesenhar a paisagem física. Por exemplo, na União Soviética, na década de 1920, houve um debate vociferante sobre como criar "cidades soviéticas" para apagar a marca do capitalismo sobre a paisagem urbana através da abolição da distinção entre a cidade e o campo - uma distinção vista como uma característica do capitalismo por Marx - e para garantir que as novas paisagens soviéticas ajudassem a criar o "Novo Homem Soviético" e a "Nova Mulher Soviética" (ZILE, 1963; BATER, 1980). Em um exemplo mais extremo, o Khmer Vermelho do Camboja tentou refazer a paisagem através da exclusão de todas as evidências da influência francesa, embora seu objetivo não fosse recriar a paisagem pré-colonial, que reflete as relações sociais feudais, mas criar uma paisagem que era tanto uma plataforma de lançamento para, e reflexo da, nova sociedade comunista que desejavam construir. Nos olhos deles, isso implicou literalmente na aniquilação de todos os vestígios de relações sociais não-comunistas e práticas materiais e na "necessidade de que o Camboja seja literalmente limpo" da sua paisagem pré-revolucionária (TYNER, 2008, p. 119) (Nota do Autor).

¹⁷ Consequentemente, as transformações históricas na ideologia podem ser delineadas através de exame de como os planos de espaços específicos mudam ao longo do tempo, com um exemplo célebre que é da forma como a ascensão do pensamento racional no final do século XVIII resultou na crescente utilização de padrões urbanos regulares de grade de rua, como são encontrados em Nova York e em outros lugares (Nota do Autor).

¹⁸ Elden (2004, p. 206) sugere o termo "espaços de representação" ao contrário de "espaços representacionais/ representational space", como a melhor tradução do Inglês tendo como base a frase original em francês "les espaces de représentation", uma posição com a qual concordo (Nota do Autor).

Estes três elementos da tríade correspondem com o que Lefebvre chamou de "espaço percebido" (*l'espace perçu*), "espaço concebido" (*l'espace conçu*), e "espaço vivido" (*l'espace vécu*), com todos os espaços exibindo simultaneamente estes três elementos.

Tais discussões teóricas sobre o poder, o espaço e o capitalismo têm proporcionado um ambiente fértil para pensar sobre os trabalhadores e o fazer da geografia econômica do capitalismo desde quando Foucault e Lefebvre delinearam seus primeiros argumentos. Isso é especialmente verdade tendo em conta que há claramente uma geografia particular ao capitalismo, com a qual os trabalhadores devem se envolver - a geografia do capitalismo está estruturada em caminhos específicos e trabalhadores, capitalistas, e outros atores sociais são espacialmente embutidos em certos lugares, porque ninguém vive em uma cabeça de alfinete. Assim, qualquer outra coisa que possa materializar os esforços dos trabalhadores para desenvolver, por exemplo, relações de solidariedade com trabalhadores em outros lugares têm a ver com "união [e] a organização sobre o espaço"¹⁹ (SOUTHALL, 1988, p. 466) e assim pensando geograficamente é um importante elemento no seu êxito de fazê-lo.

O MARXISMO, NÃO-MARXISMO E AS GEOGRAFIAS DO TRABALHO

Antes da década de 1970, o trabalho foi teorizado principalmente na Geografia Anglofônica, desde o ponto de vista da concentração do capital²⁰. Assim, o modelo clássico de localização industrial desenvolvido por Alfred Weber (1909/1929), que dominou o pensamento geográfico sobre o trabalho, tratou simplesmente em termos de custos para as empresas e como isso influenciou suas decisões locais de investimentos²¹.

Moldada pelos princípios teóricos da economia neoclássica, a abordagem weberiana e seus seguidores, consideram os trabalhadores, simplesmente, em termos de variação geográfica quanto a custo, grau de organização política, nível de habilidade, etc.

¹⁹ Tradução livre.

²⁰ Curiosamente, este é também o quanto da análise histórica até este ponto foi escrito. Como o historiador marxista Stanley Aronowitz (1990, p. 171) observou: "A história do capitalismo tem, tipicamente, sido escrita como uma série de narrativas unificadas pelos temas de acumulação: mercantil e imperialista, interesses que procuram novas fontes de investimento, as revoluções científica e tecnológica que têm impulsionado o crescimento; rivalidades internacionais sobre o território e suprimentos de trabalho e a multiplicidade de conflitos entre frações do capital que tomam formas políticas, como as lutas pelo poder entre as diferentes personificações ou guerras do capital (...) Nesses relatos, os trabalhadores entraram no teatro da história como trabalhadores abstratos, fatores de produção, as variáveis dependentes nas grandes narrativas de crise e de renovação. Isso "ocorreu somente com o crescimento no campo da" história social" nos anos 1960 e 1970 em que as experiências de pessoas comuns - em vez dos reis, presidentes, e políticos - vieram à tona (Nota do Autor).

²¹ Alfred era o irmão do famoso sociólogo Max Weber (Nota do Autor).

Como Massey (1973, p. 34) afirma, em tal abordagem: "Lucro é o critério, os salários são simplesmente os custos trabalhistas²²". Da mesma forma, o cenário econômico era visto como pouco mais que uma fase estéril em que as relações econômicas são reproduzidas de acordo com as várias leis, que poderiam ser descritas em termos matemáticos. A geografia econômica de uma sociedade, então, era vista como, simplesmente um reflexo espacial de sua organização sócio-econômica e serviu de tela para que a demanda econômica e as curvas de oferta pudessem ser mapeadas. Como Foucault (1980, p. 177) posicionou-se, em tal perspectiva, "O ritmo foi tratado como o morto, o fixo, o não dialético, o imóvel. O tempo, ao contrário, era a riqueza, a fecundidade, a vida, a dialética²³". A vida social, portanto, não produz o espaço, mas objetos reorganizados dentro dele (uma visão newtoniana clássica, que vê o espaço e o tempo como fixados)²⁴.

No final de 1970, no entanto, geógrafos marxistas começaram a examinar mais de perto a produção da geografia do capitalismo e o lugar que o conceito de trabalho ocupava dentro dele. Por exemplo, a geógrafa britânica Doreen Massey (1984), usando a analogia da imagem geológica de ver a paisagem econômica, criada por diferentes ciclos de investimento de capital de uma forma semelhante à forma de como as rochas sedimentares são estabelecidas argumentou que a acumulação capitalista gera determinadas divisões espaciais do trabalho em determinados momentos e que estes padrões subsequentes formatam os investimentos futuros. Assim, o Norte da Inglaterra foi industrializado no século XIX e desindustrializado no início do período pós-Segunda Guerra Mundial. Os grandes contingentes de trabalhadores desempregados que esta desindustrialização criou, em seguida, se mostrou atraente para os investidores subsequentes à procura de locais para a manufatura leve nas décadas de 1960 e 1970, porque a alta taxa de desemprego local significava que eles não tinham que pagar os salários de mercado, que por sua vez, estavam tão altos, quanto eles teriam que fazer se a região tivesse menos pessoas desesperadas à procura de trabalho. Com base em sua análise da dinâmica da economia do espaço britânico durante os séculos XIX e XX e, em seguida, Massey (1984a, p.4) argumentou que a estrutura da paisagem econômica da Grã-Bretanha foi, portanto, não apenas um resultado²⁵ de como as relações sócio-econômicas tiveram desdobramentos, mas também era parte da explicação dos mesmos. Como destaca (Massey, 1984b, p. x): "[a] geografia de uma sociedade faz a diferença quando ela entende como ela funciona²⁶." Por isso, ela

²² Tradução livre.

²³ Tradução livre.

²⁴ Para ater-se em posicionamento discordante, ver Curry (1996) (Nota do Autor).

²⁵ Tradução livre.

²⁶ Tradução livre.

manteve (1984a, p. 6), "não é apenas o espaço que é socialmente construído, o social é espacialmente construído também²⁷".

David Harvey (1982, p. 233), por sua vez, sugeriu que o capital necessita de certo "ajuste espacial", de investimento para garantir que a acumulação possa ocorrer, as matérias-primas e os trabalhadores precisam ser reunidos em determinados locais, fato que impulsiona a construção de vários tipos de infraestrutura ("fábricas, barragens, escritórios, lojas, armazéns, estradas, ferrovias, portos, usinas de energia, abastecimento de água e sistemas de esgoto, escolas, hospitais, parques, cinemas, restaurantes etc.²⁸") para que o valor excedente possa ser assegurado e realizado.

Por sua vez, um aluno de Harvey, o estudante Neil Smith (1984/1990), descreveu sobre as contradições internas na estrutura do capital - particularmente sobre a necessidade, do estabelecimento de pré-condições para que a acumulação possa ocorrer, mas também, para permanecer móvel, de modo a aproveitar as oportunidades que surgem em outros lugares.

É por isso que a estrutura do capital conduz o desenvolvimento geográfico desigual, que é, pois, a marca da paisagem econômica sob o capitalismo.

De forma semelhante a Massey, Smith (1986, p. 94) argumenta que "espaço não é um 'fator' morto²⁹". Ao contrário, ele "ganha vida não exatamente como uma coisa separada do seu recipiente, mas como uma criação integral das relações materiais da sociedade³⁰". Consequentemente, para ele (1984/1990, p. xiii), a questão fundamental é "não só (...) o que o capitalismo faz à geografia, mas sim (...) o que a geografia pode fazer para o capitalismo, e como a configuração geográfica da paisagem contribui para a sobrevivência do capitalismo³¹".

As abordagens de estudiosos como Massey, Harvey, Smith, e outros representaram um repensar fundamental sobre a relação entre o capitalismo e a sua geografia, entre o social e o espacial. Especificamente, eles anunciaram uma mudança de compreensão de como as coisas existem no espaço, sob o foco da produção do espaço e como esta produção é parte integrante de um sistema econômico como o capitalismo. No entanto, em muitos aspectos, tais geógrafos marxistas geralmente abordaram o trabalho de forma semelhante àqueles que criticavam. Assim, apesar de terem uma compreensão muito mais sofisticada do que Soja (1980) denominou de dialética sócio-espacial sob o capitalismo

²⁷ Tradução livre.

²⁸ Tradução livre.

²⁹ Tradução livre.

³⁰ Tradução livre.

³¹ Tradução livre.

eles, no entanto, se posicionaram sobre a geografia do capitalismo a partir do ponto de vista do capital, sendo que o trabalho, era visto como pouco mais do que o "*capital variável, ou um aspecto do próprio capital*"³² (Harvey, 1982, p. 380-381, *grifos no original*). A geografia do capitalismo, em outras palavras, era geralmente entendida como um reflexo das ações do capital. Assim, Harvey (1978, p. 124, *grifo nosso*) argumentou que é o capital que "representa a si mesmo na forma de uma paisagem física criada em sua própria imagem [e] constrói uma paisagem física adequada à sua própria condição em um determinado momento no tempo"³³, enquanto Smith (1984/1990, p. xv) sustentou que a geografia do desenvolvimento desigual "deriva especificamente das tendências opostas, inerentes ao capital, no sentido da diferenciação, mas equalização simultânea dos níveis e condições de produção"³⁴. Quanto a Harvey, portanto, para Smith (1984/1990, p. xv), o que o capital "consegue, de fato, é a produção do espaço em sua própria imagem"³⁵.

A EMERGÊNCIA DA “LABOR GEOGRAPHY”

Em resposta a este debate teórico para a compreensão de como a Geografia do Capitalismo é produzida, no início de 1990, uma série de geógrafos Anglofônicos - inclusive eu - começaram a desenvolver a concepção do que seriam os que se auto definem³⁶ geógrafos do trabalho³⁷. Encontramos as abordagens existentes para explicar a decisão da geografia do capitalismo, que se baseou fortemente na teoria marxista, mas ao mesmo tempo manteve-se tanto conceitual e politicamente limitada. Na verdade, parece-nos que, na sua abordagem para a teorização dos trabalhadores como atores geográficos, as abordagens marxistas desenvolvidas por Harvey, Smith, Massey e outros, não eram muito diferentes das abordagens weberianas neo-clássicas, pois elas também focaram quase que exclusivamente sobre as atividades do capital, mesmo que a partir de uma perspectiva teórica radicalmente diferente. Nós entendemos que os trabalhadores, foram incluídos nas explicações do por que da geografia econômica do capitalismo em grande parte como uma reflexão tardia. Estas perspectivas sobre os trabalhadores, a neo-clássica e a marxista,

³² Tradução livre.

³³ Tradução livre.

³⁴ Tradução livre.

³⁵ Tradução livre.

³⁶ Embora houvesse alguns trabalhos anteriores que devem, sem dúvida, ser incluídos em qualquer história do surgimento da Geografia do Trabalho anglofônica. Um exemplo importante seria Cooke (1985), pois é provavelmente justo dizer que este campo do conhecimento realmente não começa a ganhar críticos substanciais até meados da década de 1990. Neste sentido, ver Herod (1998) (Nota do Autor).

³⁷ Do original, *workerist* (Nota dos Tradutores).

tornaram-se uma determinada abordagem da "*Geography of Labor*"³⁸ (HEROD, 1997a). O que eu e outros queríamos desenvolver, porém, foi o que veio a ser chamado de "*Labor Geography*", ou seja, uma forma de entender e escrever sobre a produção da geografia do capitalismo que, embora reconhecendo que os trabalhadores não são livres para fazer tudo o que querem, no entanto, procura centrar-se nas relações geográficas e nos contextos espaciais dentro dos quais eles vivem suas vidas, e são moldadas por ele. Procuramos, em outras palavras, para mencionar Marx (1852/1963, p. 15) na famosa passagem de "*O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte*", na qual ele afirmou que "Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como a encontraram. A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos"³⁹.

Enquanto Marx estava falando sobre relações históricas do trabalho e como esta é em si, da mesma forma, tanto pela relação dialética que se encontra com o capital, quanto pelo peso da história, queríamos explorar a abrangência geográfica do trabalho, reconhecendo que os trabalhadores não são completamente autônomos em qualquer sincronia, ou no tempo diacrônico suas atividades são limitadas pelas suas relações sócio-espaciais com outros agentes econômicos. Mas também são limitados pela configuração espacial da economia nas quais os trabalhadores estão inseridos. Dito de outra forma, buscou-se argumentar que: Trabalhadores fazem sua própria geografia, mas eles não a fazem apenas como querem, pois eles não a fazem em circunstâncias escolhidas por eles mesmos, mas sob circunstâncias diretamente encontradas, dadas e transmitidas pelo passado. As paisagens feitas por todas as gerações mortas pesam como um pesadelo no cérebro dos vivos.

O ponto central para este pensamento foi o reconhecimento de que como os geógrafos marxistas tinham escrito na década de 1970 e 1980 que os capitalistas precisam garantir que o cenário econômico seja estruturado de forma específica para que a acumulação de capital possa ocorrer, mas, também argumentamos que os trabalhadores, precisam ter certeza de que o cenário é feito de tal maneira que eles possam garantir a sua própria reprodução social e biológica. Isto significa que os capitalistas e os trabalhadores

³⁸ Pelo fato do autor enxergar na produção marxista de Harvey, Smith e Massey um foco centrado nas atividades do capital, dando aos trabalhadores uma segunda ordem de importância, ou seja, não como atores geográficos centrais, estabelece uma distinção com a *Labor Geography* (uma geografia por e para os trabalhadores), chamando esta de *Geography of Labor* (uma geografia do emprego). (Nota dos tradutores).

³⁹ Tradução retirada de MARX, Karl. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*, São Paulo: Boitempo Editorial, 2011 (p.25) (Nota dos Tradutores).

tendem a ter visões bem diferentes de como a geografia econômica do capitalismo é produzida. Considerando que os capitalistas devem garantir que qualquer paisagem produzida é uma paisagem de rentabilidade, as suas ações podem realmente envolver a criação de paisagens de desemprego, algo que normalmente vai dificultar muito a capacidade dos trabalhadores de se reproduzir. Além disso, diferentes grupos de capitalistas e os diferentes grupos de trabalhadores podem ter visões díspares. De um lado, os trabalhadores em uma comunidade é provável que desejem garantir que "seus" postos de trabalho não sejam realocados para outra comunidade, enquanto muitos capitalistas naquela mesma comunidade podem querer limitar a capacidade de capitalistas de outros lugares para minar seus preços e/ou inundar os mercados locais com produtos mais baratos. De outro lado esses conflitos intra-classe e preocupações espaciais podem, frequentemente, levar capitalistas e trabalhadores de uma comunidade local, de uma região ou país, a se unirem para defender "seus" espaços contra capitalistas e trabalhadores de outros lugares, a exemplo do que retrata Hudson e Sadler (1986), em relação à indústria siderúrgica britânica. Esses conflitos ilustram as tensões espaciais que podem estar no centro dos objetivos políticos e econômicos dos capitalistas e dos trabalhadores. O que traz complicações para análise marxista ortodoxa de classe, não-espacial (HEROD, 1991a).

A questão conceitual chave em todo este processo, então, foi fazer uma distinção entre duas formas muito diferentes de abordar o trabalho num contexto geográfico. Por um lado, a *Geography of Labor* que não vê o trabalho como muito mais do que um fator de capital variável, a ser levado em consideração pelos capitalistas quando eles procuram criar seus ajustes espaciais e, por outro lado, a *Labor Geography* que coloca os trabalhadores ontologicamente no centro da análise e é deliberadamente obreirista na sua abordagem. Assim como as feministas anglofônicas que tinham diferenciado entre a escrita de *histories of women* (que poderia ser de qualquer ponto de vista político) e a escrita de *Women's Histories* (que eram explicitamente feministas em suas abordagens), então, queríamos fazer o mesmo com relação ao trabalho.

O objetivo não era substituir a *Geography of Labor* pela *Labor Geography*, já que a *Geography of Labor* pode fornecer importantes *insights* sobre como a geografia do capitalismo é feita, por exemplo, ilustrando como os capitalistas devem considerar os trabalhadores e suas características no contexto geográfico. Em vez disso, o objetivo de desenvolver o campo da *Labor Geography* foi adicionar uma nova dimensão para a compreensão da geografia da vida da classe trabalhadora, na qual a abrangência e restrições espaciais dos

trabalhadores são especificamente reconhecidas e em que a produção do espaço é considerada através de seus olhos (HEROD, 2001).

PRINCÍPIOS DA LABOR GEOGRAPHY NO MUNDO ANGLOFÔNICO

Como o campo da *Labor Geography* foi desenvolvido no mundo Anglofônico, vários princípios passaram a ser identificados como parte de seu núcleo. Em primeiro lugar, apresentaram aos trabalhadores uma nova referência teórica. Ao invés de ver o trabalho a partir da perspectiva de como os capitalistas fazem, ou seja, entre diferentes grupos de trabalhadores objeto das decisões dos seus investimentos, a *Labor Geography* tem se centrado em analisar como os trabalhadores desenvolvem seus próprios ajustes espaciais, como eles tentam implementar estratégias espaciais como parte de suas lutas políticas e econômicas, e como eles, moldam a geografia econômica do capitalismo para seus próprios fins, ao mesmo tempo reconhecendo que, embora possam fazer suas próprias geografias, não as fazem em função de suas escolhas. Em segundo lugar, reforçou-se a ideia de que os trabalhadores podem precisar de um ajuste espacial diferente para garantir a sua auto-reprodução diária e geracional, do que o preferido pelo capital ou Estado, trabalhadores, capitalistas e Estados possuem ajustes “ideais” que podem estar em conflito uns com os outros. Este reconhecimento permite uma compreensão muito mais dinâmica de como a geografia econômica do capitalismo está em conflito como parte do ajuste espacial de cada sujeito social, sendo que, isso não apenas se desdobra de acordo com a lógica interna da acumulação capitalista, mas está sujeita a contestação, tanto direta quanto indiretamente. Em terceiro lugar, e relacionando, em vez de pensar trabalho, capital e Estado como atores sócio-espaciais monolíticos, é óbvio que os diferentes segmentos dentro de cada um desses grupos podem promover ajustes espaciais bem diferentes.

Esses princípios servem como fundamentos centrais da *Labor Geography*, sendo assim, cinco elementos interligados dominaram a agenda de pesquisa da *Labor Geography* Anglofônica até o presente momento.

1) Explorações de como a inserção espacial dos trabalhadores e / ou aprisionamento formam suas práxis sociais

Um foco da pesquisa foi investigar como a imobilidade dos trabalhadores em determinados locais devido a laços de parentesco, seus próprios custos irrecuperáveis

(como ter casas que não podem vender), uma especial combinação de competências que só pode ser útil em certas localidades, e assim por diante, afeta suas práxis sociais⁴⁰. Em particular, esta pesquisa procurou explicar porque os trabalhadores, muitas vezes, envolvem-se em coligações ufanistas com capitalistas locais e do Estado local para trazerem investimentos às suas comunidades. Nessas coligações os trabalhadores podem decidir moderar suas ações para as quais se organizam em torno de interesses espaciais em vez dos de classe⁴¹. A explicação fundamental, segundo esses pesquisadores, relaciona-se com a forma como estes trabalhadores podem ver sua própria auto-reprodução ligada à vitalidade contínua de suas próprias comunidades, precisamente porque eles não podem migrar para outro lugar e porque podem estar lutando com outros trabalhadores em outras comunidades para um encolhimento da “fatia de uma torta”, que por sua vez já está encolhendo. Isto é, uma empresa vai despedir metade de sua força de trabalho, por exemplo, muitos trabalhadores vão pensar que é melhor que as consequências destes efeitos possam ser sentidas em outras do que em suas próprias comunidades. Ao explorar a base espacial de tais políticas, os pesquisadores têm argumentado que os trabalhadores estão tentando proteger os seus próprios interesses materiais como parceiros dispostos e não como inocentes culturais/políticos na maneira como são vistos pela análise marxista ortodoxa.

2) Os trabalhadores engajados com a geografia desigual do capitalismo desenvolvido

Um segundo foco de muitas pesquisas realizadas pelos Geógrafos do Trabalho Anglofônicos foi analisar como os trabalhadores tentam chegar a um acordo com os arranjos econômicos do capitalismo, bem como outros sistemas sociais. Por exemplo, muitos têm se interessado em compreender como os trabalhadores sindicalizados desenvolvem estratégias de negociação que devem incorporar diferentes condições e práticas em qualquer cenário econômico. Ou ainda, pode-se indagar, como os sindicatos que buscam equilibrar os interesses dos trabalhadores em diferentes regiões com diferentes tradições de trabalho quando se pretende desenvolver um contrato nacional, por exemplo? (SADLER e FAGAN, 2004; HEROD, 1997b; SWEENEY e HOLMES, 2013). Isso

⁴⁰ Ver Cooke, (1980); Hudson e Sadler, (1983); Herod, (1991a); Carmichael e Herod, (2012) (Nota do Autor).

⁴¹ Molotch (1976) explorou isso no contexto do fenômeno do lugar-ordenado "coalizão de crescimento", no qual os capitalistas locais, trabalhadores, e o Estado frequentemente se reúnem para promover suas comunidades como lugares para o investimento estrangeiro em concorrência com outras comunidades. Humphrey et al. (1989), no entanto, sugerem que apesar de serem muitas vezes tão espacialmente integrados em comunidades locais, são empresas locais, os trabalhadores e as suas organizações (como os sindicatos) frequentemente são parceiros muito novos em tais coalizões (Nota do autor).

levanta questões sobre os porquês de os trabalhadores escolherem determinadas estratégias espaciais e quais são as consequências que adquirem quando o cenário econômico evolui.

3) Os trabalhadores fazendo novas escalas geográficas sua própria organização social

Uma terceira área de pesquisa são os estudos que procuram entender como os trabalhadores vão criando novas escalas geográficas da sua própria organização, em conjunto com a maneira como eles buscam resistir às novas escalas de organização social imposta a eles por outros. Por exemplo, quando os trabalhadores, procuram a negociação de regulação do trabalho de um local para um sistema nacional ou mesmo internacional de negociação, eles são essencialmente o desdobramento de uma nova escala geográfica da organização (WILLS, 1998a ; CASTREE, 2000; BARCHIESI, 2001; CUMBERS, 2005; GOUGH, 2010; OSELAND et. al., 2012). Da mesma forma, quando os empregadores desmantelam, com sucesso, acordos salariais nacionais, eles são capazes de, em seguida, jogar trabalhadores em fábricas diferentes ou regiões, uns contra os outros, como tem acontecido nos últimos anos nos Estados Unidos (HEROD, 1991b), Alemanha (BERNDT, 2000) e na Austrália (MCGRATH-CHAMP, 2005), entre outros países. Esses conflitos estão frequentemente no centro das estratégias de organização dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, porém, Geógrafos do Trabalho Anglófonos têm se esforçado para mostrar que nem sempre são os capitalistas que buscam descentralizar a negociação coletiva e os sindicatos que buscam nacionalizá-la - alguns grupos de trabalhadores que veem uma vantagem estratégica para negociar localmente, pois podem sair de acordos nacionais, enquanto os empregadores de melhor remuneração de uma cidade ou região, muitas vezes tentam fazer cumprir os acordos salariais nacionais, de modo que eles não sejam prejudicados por seus rivais de menor remuneração localizados em outros lugares (HOLMES, 2004).

4) Contexto Espacial e identidade social

Geógrafos do Trabalho Anglófonos têm se interessado em compreender como o contexto espacial em que os trabalhadores se encontram significa para saber como eles constroem suas identidades sociais. Por exemplo, topofilia dos trabalhadores - literalmente, o seu apego pelo lugar - significa que muitos trabalhadores identificam-se fortemente com lugares específicos, o que molda o seu comportamento, como abordam, por exemplo,

Wills, (1998b); Sunley, (1990); Griffiths e Johnston, (1991). Assim, será que os trabalhadores norte-americanos e brasileiros se veem principalmente como trabalhadores, caso em que eles possam ser mais propensos a desenvolver solidariedades transnacionais, ou será que eles se veem primeiramente como americanos e brasileiros, quando estão mais inclinados a defender o que consideram os seus diferentes interesses nacionais? Da mesma forma, será que os trabalhadores de São Paulo e do Rio de Janeiro se veem como trabalhadores com interesses de classe comuns ou como "Paulistas" e "Cariocas"?

Em uma visão um pouco diferente sobre a relação entre espaço e identidade, Mohammad (2010) abordou como mulheres muçulmanas paquistanesas assumem diferentes identidades quando estão em espaços da casa *versus* aos locais de trabalho, e como elas negociam suas identidades de acordo com suas circunstâncias espaciais. Enquanto isso, Hyman (2004, p. 21-22) argumenta que as mudanças nas últimas décadas na forma como o capitalismo se organiza espacialmente em muitos países do Norte - como a crescente suburbanização, de modo que um número crescente de trabalhadores não vive perto de seu local de trabalho ou de seus colegas de trabalho – traz consequências consideráveis para a identidade do trabalhador. Como ele colocou, "a localização espacial e de organização social do trabalho, residência, consumo e sociabilidade tornaram-se altamente diferenciadas⁴²", de tal forma que hoje, o trabalhador médio:

(...) pode viver a uma distância considerável de companheiros de trabalho, possuir uma vida doméstica em grande parte 'privatizada' ou um círculo de amigos não relacionados com o trabalho, e defender os interesses culturais ou recreativos bem diferentes daqueles de outros funcionários no mesmo local de trabalho. Esta disjunção espacial entre o trabalho e a comunidade (ou mesmo a destruição da comunidade em grande parte de seu tradicional significado) (...) (idem, p.21-22)⁴³.

Hyman (2004, p.21-22) assevera, "implica na perda de muitas das redes localizadas que [previamente] fortaleceram os apoios de filiação sindical (e, em alguns casos, fez o sindicato local quase uma 'instituição total')⁴⁴". O resultado é que, enquanto identidades anteriores de muitos dos trabalhadores eram dadas como trabalhadores porque "foram reforçadas pelas redes mais amplas da vida cotidiana... a possibilidade e o caráter de

⁴² Tradução Livre.

⁴³ Tradução Livre.

⁴⁴ Tradução Livre.

coletivismo são hoje muito diferentes quando o trabalho e a vida cotidiana estão cada vez mais [espacialmente] diferenciados⁴⁵ (idem, p.21-22).

5) Alterar espacialidades do capitalismo e novos modelos de organização do trabalho

Um quinto tema de pesquisa examinou-se como a mudança das espacialidades do local de trabalho e as novas relações entre os lugares ocasionadas pela globalização têm implicado nos modelos de organização dos trabalhadores. Por exemplo, em meados do século XX, os sindicatos da indústria e mineração dos Estados Unidos adotaram um modelo de organização que partia do princípio de que os locais de trabalho onde ocorreram mudanças de turno regular, os trabalhadores poderiam ser facilmente identificados como trabalhadores devido as roupas que trajavam. Sob este regime "Fordista" de produção, um modelo popular de organização no qual os sindicatos se basearam, enviando piquetes para as entradas de várias fábricas ou minas, foi simplesmente distribuir folhetos para os membros potenciais do sindicato e/ou à espera de trabalhadores em vários locais de trabalho para vir ao sindicato para que eles pudessem ser "organizados". Nesse modelo, o objetivo era ganhar a eleição de representação de 50% + 1 dos votos e, em seguida, começar a "manutenção" dos novos membros do sindicato⁴⁶. No entanto, o crescimento do emprego no setor de serviços, de "Grupos de Trabalho", como parte da expansão do chamado modelo "Toyota" de organização no local de trabalho (DOHSE et al., 1985; DASSBACH, 1996) , e outras mudanças significam que formas tradicionais de organização do trabalho estão sendo transformadas (PARKER e SLAUGHTER, 1988; HOLMES, 1989; MACDUFFIE, 1995) e que, portanto, este modelo de organização baseado em formas fordistas de gestão do trabalho social e espacial tornou-se menos eficaz do que, talvez, uma vez foi. Isto tem levado um número de Geógrafos do Trabalho Anglofônicos a analisar os modelos mais novos sendo desenvolvidos pelos sindicatos e outros grupos de trabalho que têm conjuntos de suposições geográficas bastante diferentes contidas neles. Por exemplo, Savage (1998) ilustrou como a luta Justiça para Zeladores, em Los Angeles, mudou de tática de tentar organizar zeladores na base edifício-a-edifício para organizar em todos mercados de trabalho locais - um modelo menos focado no local de trabalho. Outros, por exemplo, Tufts (1998); Wills (2001); Jordhus e Lier, (2012), detalharam a ascensão do chamado "sindicalismo social" ou "sindicalismo de

⁴⁵ Tradução Livre.

⁴⁶ Ver Clark, (1989a), para mais informações sobre o sistema de trabalho organização sindical e representação nos EUA (Nota do Autor).

comunidade", como um método de ampliar as disputas e lutas para além dos limites do local de trabalho.

Outro grupo de Geógrafos do Trabalho Anglofônicos, por exemplo, Walsh (2000); Merrifield (2002), investigaram o crescimento das campanhas por "salários dignos". O que é significativo sobre essas campanhas é que elas procuram mudar o terreno espacial de luta. Assim, elas não estão com foco no local de trabalho, mas sim, normalmente buscam pressionar os governos locais e estaduais para promulgar em legislação que exija salário digno - o que geralmente é muito maior do que um "salário mínimo" – que seja pago por qualquer empregador, fazendo negócios dentro de uma área particular (geralmente os limites municipais ou estaduais). Até o momento, mais de duzentas unidades governamentais dos EUA passaram ordenanças de salários dignos, e movimentos por salários dignos surgiram em outros países, como a Grã-Bretanha e Nova Zelândia. Outros sindicatos também tentaram mudar o desenho geográfico de suas lutas, de forma diferente. Assim, Johns e Vural (2000), estudaram a forma como o Sindicato dos Empregados *Needletrades*, Industrial e Têxtil (UNIR), em parceria com os EUA o *National Consumers League* (NCL), encontraram para resolver problemas dos *sweatshops*⁴⁷. O que é significativo é que UNITE e a NCL não se concentraram sobre a organização dos espaços de produção diretamente (os próprios *sweatshops*), para melhorar as condições de trabalho em determinado *sweatshop*. Isso seria simplesmente torná-lo não competitivo em relação aos outros e, provavelmente, faria com que ele fechasse, custando assim o emprego dos trabalhadores do vestuário. Em vez disso, eles dirigiram sua atenção para a organização dos espaços de consumo, incentivando os consumidores a pressionar os grandes varejistas a não contratar os fabricantes que não cumprissem com os salários estipulados e determinadas normas de segurança e saúde no local de trabalho. Ao fazê-lo, eles evitaram as armadilhas de tentar organizar local de trabalho por local de trabalho.

UM RESUMO DA LABOR GEOGRAPHY ANGLOFÔNICA

Existem vários axiomas em torno dos quais a *Labor Geography* Anglofônica tem se desenvolvido, sendo estes o reconhecimento de que:

⁴⁷ Os *sweatshops* (na tradução literal "fábricas de suor") tratam-se de empresas envolvidas com a exploração extrema dos trabalhadores, caracterizada pelos salários abaixo do mínimo necessário para sobrevivência, pela ausência da proteção trabalhista, pela exploração de crianças, condições de trabalho perigosas e lembram os primórdios da Revolução Industrial na Inglaterra onde há trabalhadores forçados a jornadas de até 19 horas. São comuns os *sweatshops* na produção têxtil entre outros (Nota dos tradutores).

- atores sociais estão geograficamente integrados e isso molda as possibilidades de sua ação social;
- para o capital e o trabalho, negociando as tensões entre as necessidades de fixidez espacial e a mobilidade geográfica, tem-se um processo que leva muito de sua práxis econômica que o capital sempre procura novos locais de rentabilidade, de forma a facilitar a acumulação, ao passo que o trabalho deve posicionar-se se a migração para novos locais é válida, até abandonando lugares atuais de trabalho e de residência;
- diferentes conjuntos de atores sociais são diferencialmente envolvidos nas relações locais, regionais, nacionais e transnacionais, e as formas nas quais se encontram as suas práxis política e espacial;
- diferentes conjuntos de atores sociais, muitas vezes, têm visões espaciais bem diferentes no que diz respeito à forma como desejam entender a geografia do capitalismo, e também podem resultar em conflitos políticos significativos;
- a realização de novas escalas geográficas de organização política e econômica é muitas vezes fundamental para a práxis política dos trabalhadores;
- a maneira como os atores sociais se comportam geograficamente, molda a forma como as paisagens são feitas, sendo, pois, o resultado as paisagens são contestados enquanto produtos sociais;
- paisagens não são apenas um reflexo das relações sociais, mas também são constitutivas delas, e
- analisar a prática política e econômica dos trabalhadores exige uma abordagem fundamentada no materialismo histórico-geográfico.

Apesar de seus sucessos, no entanto, tem havido algumas lacunas dentro da *Labor Geography* que agora estão sendo abordadas no que poderíamos pensar enquanto *Labor Geography* Versão 2.0. Existem três principais.

Primeiro, Geógrafos do Trabalho tenderam a se concentrar sobre os trabalhadores da indústria e membros de sindicatos. Havia certamente boas razões para isso. Nos momentos iniciais o objetivo fundamental dos Geógrafos do Trabalho era desafiar a teoria marxista existente que adotou a elaboração da geografia do capitalismo

como tutela do capital. No entanto, a fim de estabelecer tais desafios teóricos era importante apontar para casos empíricos de trabalhadores moldando claramente a geografia do capitalismo, para que tais argumentos teóricos não fossem descartados por falta de evidências do "mundo real". Como resultado, muitos Geógrafos do Trabalho tendem a estudar os trabalhadores de indústrias, organizados em sindicatos por razões muito práticas, desde o fato de os disporem de arquivos e registros, passando por líderes que podem servir como fontes de pesquisa, muitas vezes mais fáceis do que acontece com outros tipos de organizações dos trabalhadores. No entanto, agora que o argumento teórico sobre as contribuições dos trabalhadores para a modelagem da geografia do capitalismo têm sido largamente aceito um número crescente de Geógrafos do Trabalho, estão examinando os trabalhadores não-industriais e outras organizações de trabalhadores, menos formalmente estruturadas. Há também um interesse crescente na esfera do consumo, por exemplo, através da exploração do trabalhador, movimentos cooperativos e como eles influenciam o modo como o capitalismo está estruturado geograficamente em locais específicos (FRANK, 1994).

Em segundo lugar, Geógrafos do Trabalho, por vezes, tendem a ignorar o papel do Estado na modelagem da geografia do capitalismo, considerando, principalmente, a relação entre capital e trabalho. No entanto, isto não quer dizer que o Estado foi completamente ignorado. Diversas explorações iniciais sobre a práxis espacial dos trabalhadores no contexto da capacidade de tomada de decisão do *National Labor Relations Board* USA (CLARK, 1986, 1988, 1989b; JOHNSTON, 1986), ao passo que estudiosos como Painter (1991) que explorou como a privatização dos serviços públicos na Grã-Bretanha estava impactando funcionários públicos e como eles estavam respondendo⁴⁸. Por sua parte, Blomley (1994) detalhou como governo da Grã-Bretanha, sob Margaret Thatcher usou a força policial para reprimir as atividades políticas do *National Union of Mineworkers* durante a greve dos mineiros 1984-1985, limitando a capacidade dos trabalhadores de uma região de exploração do carvão a viajar para outras, sendo que, ao fazê-lo, o governo esperava impedir a ampliação da organização de resistência diante dos planos do governo de fechar várias minas de carvão. No entanto, é justo dizer que o Estado era menos um foco de atenção do que talvez devesse ter sido. Um trabalho mais recente de Geógrafos do Trabalho, no entanto, começou a corrigir esta situação, através de estudiosos como Rutherford (2013), que mostrou como as políticas neoliberais no Canadá estão moldando a

⁴⁸ O *National Labor Relations Board* é uma entidade do governo federal, criada em 1930 para cumprir a lei de trabalho dos EUA e de agir como um árbitro quando as empresas e os sindicatos entram em conflito (MCCULLOCH, 1974) (Nota do autor).

praxis política dos trabalhadores - especialmente no que diz respeito à escala geográfica em que eles negociam acordos coletivos de trabalho - e Ryan e Herod (2006) que dissecaram como os esforços por parte dos governos da Nova Zelândia e Austrália para neoliberalizarem seus sistemas coletivos de trabalho, forçaram os sindicatos a desenvolver novas estratégias para promover os interesses dos seus filiados.

Em terceiro lugar, algumas críticas do início da *Labor Geography* Anglofônica foi que ela não conseguiu teorizar adequadamente as ações dos trabalhadores e era muito voluntarista, porque, argumentava-se que os primeiros Geógrafos do Trabalho escreveram relatos nos quais tendiam a ver os trabalhadores agirem de forma autônoma e que tudo foi considerado como eficácia das ações. Em alguns aspectos essa avaliação ignorou talvez o princípio mais fundamental da *Labor Geography*, de que os trabalhadores fazem suas próprias geografias, mas não sob as condições de sua própria escolha. Eles também ignoraram o fato de que os estudos de caso empíricos tendem a ser cuidadosamente escolhidos porque ilustram afirmações teóricas que os Geógrafos do Trabalho estavam tentando fazer, ou seja, de que os trabalhadores são atores geográficos sensíveis, ao invés de simplesmente um elenco de destroços e sucatas à deriva nas ondas da estruturação capitalista das paisagens econômicas. Em outras palavras, os casos empíricos de ações bem-sucedidas dos trabalhadores foram concebidos para serem exemplos de apoio às reivindicações teóricas para a ação dos trabalhadores e não para sugerir que os trabalhadores são sempre bem-sucedidos em seus esforços para moldar a paisagem econômica. No entanto, essa crítica tem forçado uma consideração diferenciada sobre as referidas ações. Neste contexto, a definição do sociólogo britânico Anthony Giddens (1984, p. 9) tem ajudado a mudar alguns pensamentos:

Ação não se refere às intenções que as pessoas têm em fazer as coisas, mas a sua capacidade de fazer essas coisas em primeiro lugar [...] Ação diz respeito a eventos, os quais um indivíduo é protagonista, no sentido de que poderia, em qualquer fase de uma dada sequência de conduta, ter agido de forma diferente. O que aconteceu não teria acontecido se essa pessoa não tivesse intervindo. A ação é um processo contínuo, um fluxo, no qual o monitoramento reflexivo que o indivíduo mantém é fundamental para o controle do corpo, que os atores normalmente sustentam por toda a vida do dia-a-dia. Eu sou o autor de muitas coisas que eu não planejo fazer, e não posso acarretar, mas não obstante, faço. Por outro lado, pode haver circunstâncias em que eu pretenda alcançar algo, e não alcance, embora não diretamente, através da minha ação. Tomemos o exemplo de [...] café derramado. Suponha que um indivíduo A fosse um espírito malicioso e fez uma brincadeira, colocando o copo sobre um pires em um ângulo tal que, seria muito provável de derramar o conteúdo. O indivíduo B pega o café, e prontamente transborda. Seria correto dizer que A tinha causado um incidente sobre B, ou pelo menos contribuiu para a sua vinda. Mas A não derramou o café, B o fez. O

indivíduo B, que não tinha a intenção de derramar o café, o fez; o indivíduo A, que tinha a intenção de que o café fosse derramado, não derramou⁴⁹.

Por sua vez, essas discussões sobre ações levaram à consideração de diferentes entendimentos de causalidade e o que isso significa para conceituar a ação do trabalhador. Em particular, uma maneira útil de pensar sobre a causalidade é voltar a Aristóteles, que distingue quatro tipos que podem estar em jogo em um determinado evento, sendo estes: a causa material, a causa eficiente, a causa formal; e a causa final. Como um meio de diferenciar entre estes quatro tipos alguns Geógrafos do Trabalho, por exemplo, Herod (2010b) têm atraído o trabalho do ecólogo Robert Ulanowicz (1990, p. 43), que sugere o seguinte:

No exemplo familiar da construção de uma casa, a causa material existe na argamassa, madeira e outros materiais que entram na estrutura. Os operários e artesãos constituem a causa eficiente, enquanto que o modelo, ou bauplan, é citado como a causa formal. Por fim, a necessidade de habitação por parte dos eventuais ocupantes é geralmente tomada como a causa final da construção da casa⁵⁰.

Finalmente, em termos de refletir sobre o futuro da *Labor Geography* no mundo anglofônico, um dos desenvolvimentos mais interessantes foi o crescente interesse no espaço e nas questões de espacialidade, que está sendo desenvolvido pelos estudiosos sobre trabalho e relações industriais. Por exemplo, um crescente, e ainda assim muito pequeno, grupo de estudiosos, não-geógrafos, do trabalho, começou a reconhecer a importância não apenas de ver o trabalhador e o trabalho a partir de uma perspectiva geográfica, mas também de se considerar como as lutas sobre o espaço e sobre a constituição da paisagem podem ser elementos centrais na práxis política e econômica dos trabalhadores. Um dos primeiros artigos desta vertente foi escrito por Ellem e Shields (1999), dois estudiosos de relações industriais que ressaltaram aos seus colegas que questões de espaço, lugar e espacialidade eram muito importantes quando os estudiosos buscam compreender as relações sociais de trabalho. Outros os seguiram. Por exemplo, os editores de uma pesquisa de 2003, sobre o domínio das relações laborais, incluindo um capítulo sobre a teoria geográfica a respeito de assuntos de trabalho, emprego, e dos trabalhadores (HEROD et al., 2003).

Da mesma forma, uma série de revistas sobre história do trabalho e relações industriais têm publicado artigos defendendo a importância da geografia como constitutiva

⁴⁹ Tradução Livre.

⁵⁰ Tradução Livre.

da práxis política e econômica dos trabalhadores. Por exemplo, em 2002, a revista australiana “*Labour and Industry: A Journal of the Social and Economic Relations of Work*”, publicou uma edição especial⁵¹; em 2003, a revista “*International Labor and Working-Class History*” produziu uma edição especial sobre Labor Geography⁵²; a “*Labor History*” publicou um numero especial abarcando temas como interdisciplinaridade, geografia, trabalho e espaço⁵³. Várias outras revistas não geográficas têm publicado artigos individuais que têm defendido a importância de uma perspectiva geográfica e teoria espacial⁵⁴. Finalmente, a Conferência do Norte de História do Trabalho americana, de 2013, uma das mais importantes da América do Norte, escolheu como tema: “*Geographies of Labor*”.

REFLEXÕES DE UM GEÓGRAFO ANGLOFÔNICO SOBRE OS GEÓGRAFOS BRASILEIROS QUE ESTUDAM O TRABALHO E OS TRABALHADORES

Tendo esboçado o desenvolvimento e alguns dos principais temas em estudos da geografia anglôfônica e à produção de paisagens econômicas sob o capitalismo, nesta parte restante do artigo reflito sobre o que observei acerca da natureza do conhecimento geográfico, no Brasil sobre o trabalho, com base, na minha participação no excelente simpósio sobre “Questões do Trabalho, Ambientais e da Saúde do Trabalhador”, que foi organizado pelos grupos de pesquisa “Centro de Estudos de Geografia do Trabalho, Laboratório de Biogeografia e Geografia da Saúde (LBGS) e Gestão Ambiental e Dinâmica Socioespacial (GADIS) vinculados ao Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT), da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, em Presidente Prudente, no mês de maio de 2013. A interação com alguns dos meus amigos brasileiros recém contatados, e da leitura de várias edições da revista “Pegada” e da coletânea “Geografia e Trabalho no Século XXI”, ambas publicações do CEGeT possibilitou os aprofundamentos que estimularam a escrever essas ideias. A primeira coisa que me impressionou foi simplesmente a enorme quantidade de pesquisa sendo conduzida

⁵¹ Ver volume 13, número 2 em “*Industrial Relations Meets Human Geography: Spatialising the Social Relations of Work*” (Nota do Autor).

⁵² Ver (edição número 64) “*Workers, Suburbs, and Labor Geography*” (Nota do autor).

⁵³ Ver “*Working space: An interdisciplinary conversation about geographical consciousness in labor and working-class scholarship*” (volume 53, edição numero 3) (Nota do Autor).

⁵⁴ Ver por exemplo, *Work, Employment and Society* (HEROD et al., 2007) e o britânico *Industrial Relations Journal* (RAINNIE et al., 2007). Enquanto isso em 2010 *Handbook of Employment and Society: Working Space* (MCGRATH-CHAMP et al., 2010), editado por um geógrafo, por um estudioso das relações laborais, e por um estudioso de relações industriais treinado como um geógrafo, reuniu 14 geógrafos e 22 não-geógrafos (que vieram de disciplinas tão diferentes como História, Sociologia, estudos do Trabalho, Relações Industriais e Gestão / estudos organizacionais) (Nota do Autor).

que incide sobre o trabalho e os trabalhadores a partir de uma perspectiva geográfica. Isso foi realmente emocionante para mim e aqueceu muito o coração! Na verdade, o fato de que existem duas publicações geográficas da UNESP, que são dedicadas a assuntos do trabalho e dos trabalhadores é nada menos que extraordinário. Eu não sei de uma única revista de geografia anglofônica com esse foco, muito menos duas. Após uma reflexão mais aprofundada, no entanto, parece-me que há algumas diferenças importantes entre a forma como os geógrafos brasileiros e geógrafos anglôfonos foram realizando suas pesquisas e algumas coisas mais amplas para contemplar.

A primeira grande diferença que se tornou óbvia para mim é que os debates teóricos a respeito de como os trabalhadores vão criando seus próprios ajustes espaciais e o que isso significa para a construção da geografia do capitalismo, um foco que tem sido o tema central no trabalho anglofônico, e um que dirigia esforços para distinguir entre uma *Geography of Labor* e a *Labor Geography*, parece não ter sido tanto uma preocupação para os geógrafos brasileiros. Este é, sem dúvida, um reflexo das trajetórias intelectuais do pensamento geográfico nos dois sistemas linguísticos. Assim, a Geografia anglofônica era fundamentalmente conservadora até a década de 1970, com base em grande parte na filosofia neokantiana, que via a Geografia como uma disciplina para simplesmente categorizar espaços e o que eles continham, e sobre a teoria econômica neoclássica, que viu o cenário econômico simplesmente como um reflexo das decisões cumulativas de atores racionais. A Geografia neokantiana atingiu o seu apogeu com a Geografia Regional desenvolvido por Richard Hartshorne e seus acólitos e são exemplificadas em seu livro de 1939, "*The Nature of Geography*". Rejeitando o argumento de que a Geografia "é o estudo da paisagem, ou de paisagens" (idem, p. 159), a abordagem de Hartshorne para a compreensão da distribuição geográfica dos objetos no espaço foi extremamente fetichizante espacialmente. Assim, na argumentação que "no estudo da inter-relação de fenômenos [geográficos], a geografia depende, fundamentalmente, da comparação de mapas que descrevem a expressão areal de fenômenos individuais, ou de fenômenos inter-relacionados"⁵⁵ (idem, p. 463), ele sugeriu que a distribuição espacial de um objeto sobre a superfície da Terra explica a distribuição espacial de outro objeto – o espaço, em outras palavras, explicou-se⁵⁶. Enquanto isso, as explicações do por que a geografia econômica capitalista tem essa forma é pelo fato de estar sustentada na economia neoclássica e, principalmente, no trabalho de dois estudiosos alemães, o geógrafo Walther Christaller

⁵⁵ Tradução livre.

⁵⁶ Para uma crítica devastadora da abordagem de Hartshorne, ver Smith (1989). Para saber mais sobre Hartshorne e a Geografia Regional, consulte o Capítulo 4 em Herod (2010c) (Nota do Autor).

(1933/1966), e o economista August Lösch (1940/1954). Tanto Christaller, que estudou a evolução dos sistemas urbanos, quanto Lösch, que estava interessado na distribuição da atividade econômica identificada pela paisagem, ou seja, paisagens vistas como o reflexo geográfico da busca por "agentes econômicos racionais" para um "equilíbrio espacial", que em si foi visto como o equivalente geográfico da pesquisa de mercado para o equilíbrio entre a oferta e a demanda⁵⁷. É o domínio deste pensamento neo-kantiano e neo-clássico que os marxistas como Harvey, Smith, e Massey procuraram desafiar na década de 1970 e 1980⁵⁸. De forma dialética verdadeira, em seguida, o modo então dominante de teorizar a respeito de como a geografia do capitalismo é feita trouxe sua própria negação. Certamente, ambos os geógrafos econômicos neoclássicos e marxistas procuraram compreender a localização das atividades econômicas por meio da paisagem. No entanto, enquanto geógrafos influenciados pela teoria neoclássica viram a elaboração da geografia do capitalismo - embora eles certamente não usem esse tipo de linguagem radical - em termos da busca de um equilíbrio espacial, geógrafos marxistas compreenderam a produção da paisagem econômica e a localização de investimento de capital em termos das crises do capital provocadas pela sua necessidade de acumular⁵⁹.

Em forma similar à negação das modas intelectuais que haviam dominado a Geografia até o início da década de 1970, a obra marxista dos anos 1970 e 1980 iria produzir sua própria negação, com o advento da chamada *Labor Geography* na década de 1990. Assim, ao passo que tanto os teóricos como David Harvey e outros, os Geógrafos do Trabalho, que surgiram na década de 1990, inspiraram-se em conceitos marxistas e viram a elaboração da geografia do capitalismo como um reflexo das lutas políticas e econômicas, em vez de o produto de decisões por "atores racionais". Os Geógrafos do Trabalho

⁵⁷Para saber mais sobre Christaller e Lösch, consulte o Capítulo 3 em Herod (2010c) (Nota do Autor).

⁵⁸ Para um resumo em língua espanhola interessante do desenvolvimento de abordagens críticas em Geografia anglo-saxã, consulte o artigo de Puente Lozano (2013) na revista brasileira *on-line* Terra Brasilis, criada por RedeBrasilis - a rede brasileira da história da geografia e geografia histórica - e publicado pela Universidade de São Paulo. Surpreendentemente, porém, ela não cita um único trabalho de Harvey, Smith, ou Massey (Nota do Autor).

⁵⁹ Livro de Lösch serviu como uma Bíblia virtual para geografia econômica durante os anos 1950 e 1960 e suas ideias ainda são referências aos geógrafos econômicos neoclássicos de hoje. Isso, apesar da crítica fulminante por Harvey, que mostrou que a noção de que as paisagens econômicas representam um equilíbrio espacial é inteiramente incompatível com as realidades do capitalismo. Como ele mesmo diz (1982, p. 390, nota de rodapé 13): “[O] equilíbrio espacial estabelecido em Economia e localização de Losch, com seus eixos hexagonais das áreas de mercado, e suas hierarquias de lugares centrais, é uma paisagem de acumulação zero, totalmente incompatíveis com o modo de produção capitalista. Não surpreende, tais paisagens porque não são observadas [na realidade], e o próprio Losch teve a maior dificuldade de injetar dinamismo em seu argumento. A mudança tecnológica é tratada como um dado externo, fenômenos inexplicáveis quando o que realmente tem que mostrar é como e por que a mudança tecnológica é induzida dentro de um sistema de localização por pressões competitivas. Uma investigação mais aprofundada deste ponto sugere que o ‘equilíbrio espacial’ no sentido burguês é uma impossibilidade sob as relações sociais do capitalismo, por razões profundamente estruturais” (Nota do Autor).

acreditam que o marxismo do trabalho dos anos 1970 e 1980 concentrou muito em torno das atividades do capital e tinha deixado de ver os trabalhadores como atores ativos e conscientes. A distinção entre os conceitos de "*Geography of Labor*" e "*Labor Geography*", que tem sido tão importantes no mundo anglofônico, em seguida, saíram desses conjuntos específicos de debates dentro da Geografia anglofônica.

Em contraste, enquanto a trajetória da Geografia Crítica no Brasil compartilha algumas semelhanças com a geografia marxista anglofônica, também existem algumas diferenças importantes. Assim, embora Bezerra (2013) tenha recentemente escrito em português alguns aspectos dos debates anglofônicos, e poderíamos ponderar como a exposição de geógrafos brasileiros que não falam Inglês a tais debates podem moldar como eles consideram as questões do trabalho, dos trabalhadores e do espaço. À medida que avançamos para o futuro, debates teóricos sobre os trabalhadores e o espaço no contexto brasileiro não foram colocados nas disputas de definição que animaram os debates em Geografia anglofônica. Este, por sua vez, é provavelmente reflexo das histórias específicas da Geografia brasileira, particularmente como o marxismo se transcorreu⁶⁰. Certamente, assim como a Geografia anglofônica era bastante conservadora durante a maior parte do século XX⁶¹ o mesmo se passou com a Geografia brasileira. Esta tradição intelectual conservadora teve suas raízes no trabalho de pessoas como o geógrafo alemão Friedrich Ratzel, o geógrafo sueco Rudolf Kjellén e o geógrafo francês Paul Vidal de La Blache (MACHADO, 1995). Assim, os dois gigantes da geografia brasileira, como Everardo Backheuser e Carlos Delgado de Carvalho, estudaram na Europa e foram profundamente influenciados por Ratzel e Kjellén (no caso de Backheuser), e Vidal de la Blache (no caso de Delgado de Carvalho), com o seu trabalho de formação da longa história da geopolítica trabalhando a serviço do Estado-Nação brasileiro (HEPPLE, 1986; STEVENSON E ANDRIEN, 1993; VLACH, 2003). A Geografia brasileira também incorporou a abordagem da Geografia Regional neo-kantiana de Hartshorne e, posteriormente, as abordagens quantitativas que eram comuns no mundo anglofônico em 1950 e 1960, e que foram incentivadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), após o

⁶⁰ A este respeito, existem algumas discussões interessantes sobre a criação de uma história crítica da geografia brasileira (por exemplo, MACHADO, 2000; MORAES, 2000; NUNES PEREIRA, 2000) (Nota do Autor).

⁶¹ Certamente, como Andrade (1987) argumentou, as preocupações com a justiça social apareceram na Geografia brasileira na década de 1940. No entanto, grande parte deste tipo de trabalho foi suprimido quando os militares efetivamente cooptaram o IBGE para seus objetivos de controlar o território do Brasil e perseguir alguns daqueles que estiveram envolvidos nesses trabalhos - acadêmicos, como o historiador Caio da Silva Prado Júnior, que tinha publicado na revista **Geografia**. No entanto, as correntes dominantes foram as europeias de influência geopolítica e Geografia Regional e, durante o período da ditadura, as abordagens "a-políticas" estatístico/matemática que eram dominantes nos Estados Unidos durante os anos 1950 e 1960.

geógrafo quantitativo norte-americano Brian Berry visitar o Brasil em 1968 (BECKER, 1986)⁶².

No entanto, enquanto a geografia marxista começou a aparecer no final dos anos 1960 nos Estados Unidos e Grã-Bretanha, que motivou em 1969 a fundação da revista *Antipode*, a repressão de vozes críticas no Brasil, significava que a erudição geográfica marxista realmente não poderia vir à tona, e demorou até mais de uma década, com relação ao mundo anglofônico, já que somente após a "abertura política" no final dos anos 1970 houve algum espaço para fazê-lo. Neste contexto, a reunião da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), em 1978, em Fortaleza e o livro de Milton Santos, publicado em 1978 "*Por Uma Geografia nova*", são admitidos por muitos como sendo catalisadores cruciais⁶³.

Assim, não só o que viria a ser reconhecido como Geografia Crítica não foi amplamente aceito dentro das instituições com legitimidade até o final de 1980 (BECKER, 1986), mas, dada a história colonial do Brasil, a maior parte do trabalho marxista, no início esteve focado em questões do imperialismo e como se moldavam padrões em forma de desenvolvimento, tanto global como no Brasil, em conjunto com a teorização sobre o papel que poderia ser desempenhado pelos geógrafos no fortalecimento da governabilidade democrática, após o retorno do governo civil em 1985. O primeiro é exemplificado pelas obras como "*A Cidade em Países Subdesenvolvidos*", de Santos (1965), "*Geografía y Economía Urbanas en los países subdesarrollados*" (1973), e "*Ensaio sobre a urbanização latino-americana*" (1982), enquanto que uma das últimas e que pode ser considerado uma das primeiras obras críticas produzida por um geógrafo sobre questões do trabalho e dos trabalhadores, de Resende (1986), a *Geografia do Aluno Trabalhador*, na qual traz argumentos que a geografia, trabalho e cultura se cruzam para formar posições dos indivíduos geógrafos, portanto, poderia desempenhar um papel importante em vários projetos emancipatórios.

A segunda reflexão importante veio das minhas interações com os meus novos amigos geógrafos brasileiros em pensar sobre semelhanças e diferenças na abordagem das questões de trabalho e dos trabalhadores no contexto geográfico, se relaciona as questões de linguagem. Claramente, algumas das obras que surgiram a partir dos debates angofônicos tiveram - ou pelo menos parecem ter - alguma influência sobre os geógrafos

⁶² Para mais informações sobre o surgimento da Geografia marxista no Brasil, ver Moura et al. (2008) (Nota do Autor).

⁶³ De um modo semelhante, é significativo que o termo "*spatial fix*", que foi traduzido para o espanhol e Português como o "Ajuste espacial", posteriormente foi traduzido de volta para o Inglês em pelo menos um trabalho em língua portuguesa (GHIZZO e ROCHA, [s/d]). O termo "ajuste espacial" é uma tradução que realmente não traz com ele o mesmo sentido que a palavra "correção" em Inglês. Isso não é ser excessivamente crítico da tradução deste termo mas, sim, para destacar as dificuldades de tradução de conceitos entre diferentes idiomas (Nota do Autor).

brasileiros⁶⁴. Para os leitores brasileiros de Inglês é relativamente simples, embora os diferentes contextos de desenvolvimento da Geografia marxista anglofônica descritos acima significam que, mesmo em inglês, certos termos podem ter diferentes conotações para geógrafos anglofônicos, e para Geógrafos Brasileiros falantes de Inglês. A questão mais crítica, porém, é como certos termos podem ser traduzidos para o Português, para a distinção entre os conceitos de "*Geography of Labor*" e "*Labor Geography*", que tem sido central nos debates anglofônicos, só faz sentido se estes termos puderem ser adequadamente entendidos e assimilados em Português. Parte da dificuldade para fazer isso, ao meu ver, é que em Inglês a palavra "*labor*", conforme usado aqui não se refere tanto a "*work*", como faz para "*workers*". Para "*labor*" existem pelo menos três significados em Inglês - como um equivalente para o verbo "*to work*" (como em "eu trabalhei para produzir este artigo de revista"), ou como um substantivo referindo-se ao produto desse trabalho (como em "o trabalho que eu abordei para escrever este artigo"), e, ainda enquanto substantivo coletivo referindo-se àqueles que trabalham (como em "*Labor* pode ser um grupo de política poderosa na sociedade").

No meu entendimento da literatura brasileira, até o momento o termo preferido para descrever a pesquisa sobre trabalho e dos trabalhadores foi "Geografia do Trabalho". Traduzido diretamente em Inglês, isso significaria "*Geography of Work*", em vez de "*Geography of Labor*", sendo, pois, *Labor* no Inglês aqui, referindo-se aos trabalhadores, em vez de *work*. A tradução mais exata do que significa em Inglês pelo termo "*Geography of Labor*", então, poderia ser algo como "Geografia da Força Laboral", ou talvez, "Geografia dos Trabalhadores". No entanto, isso pode não soar "direito" a um ouvido brasileiro. Da mesma forma, uma tradução do termo "*Labor Geography*" - aquele que incorpora o sentido de uma abordagem obreirista que se distingue da "*Geography of Labor*", abordagem contra a qual Geógrafos do Trabalho auto-identificados foram reagindo, na literatura anglofônica, provavelmente seria algo como "Geografia obreirista". Mas, que eu saiba isso não é um termo amplamente utilizado. Isto não é para sugerir que os termos utilizados no Brasil são de alguma forma "errados" e aqueles usados no mundo anglofônico são "corretos", nem vice-versa. Pelo contrário, é de reconhecer as dificuldades de traduzir conceitos que se desenvolveram em um contexto dentro de um idioma diferente, de tal maneira que para se comunicar com o peso conceitual de tais palavras, se deve realizar sobretudo quando a intenção é de ser transmitido com precisão. A distinção em Inglês é importante por causa do contexto no qual os debates têm surgido. Dada a diferença da história da Geografia

⁶⁴ Ver, por exemplo, Bezerra (2013).

brasileira, estas distinções podem ser menos importantes para os geógrafos brasileiros e por isso não houve necessidade de desenvolver uma terminologia para distinguir entre eles. O fato de termos diferentes surgirem ou não fora do contexto destas duas histórias intelectuais têm, acredito, algumas implicações interessantes para se pensar sobre o trabalho dos geógrafos brasileiros e anglofônicos, e a possibilidade de ligações entre eles⁶⁵.

Em terceiro lugar, contemplando o trabalho anglofônico e brasileiro em compreender a vida dos trabalhadores dentro de um contexto geográfico, penso que é importante considerar a questão da transferência geográfica de ideias e o que isso significa para uma possível fertilização intelectual cruzada entre geógrafos anglofônicos e brasileiros, trabalhando em questões de trabalho. Assim, como acabei de descrever, os desenvolvimentos teóricos que serviram de *prolegomenon* o que iria surgir no mundo anglofônico como o campo auto-identificado da *Labor Geography*, em grande parte desenvolvido a partir dos debates iniciados por Harvey e outros a respeito de conceitos como o ajuste espacial e como ligar a espacialidade do capitalismo a tensões dentro do modo de produção. No entanto, grande parte desta obra marxista está ou não disponível em Português ou só se tornou disponível em Português algum tempo após a sua publicação em Inglês. Por exemplo, os dois mais importantes manuscritos de compilação de Harvey em que ele expôs seus argumentos sobre a espacialização em Marx e *Marxifying*, a disciplina da Geografia anglofônica – “*Social Justice and City*” e “*Limits to Capital*” - apareceu em Inglês em 1973 e 1982, respectivamente. No entanto, a versão em Português do primeiro deles, traduzido como “*A Justiça social e a Cidade*” não tinha sido publicado até 1980, sete anos depois de aparecer em Inglês, enquanto a versão em espanhol do segundo - traduzido como “*Los Límites del Capitalismo y la Teoría Marxista*”, em que ele esboçou o conceito de ajuste espacial não apareceu até 1990. Da mesma forma, o desenvolvimento desigual de Smith, que também explora a ideia do ajuste espacial no capitalismo e que foi publicado em Inglês em 1984, saiu em Português em 1988, como “*Desenvolvimento Desigual*”, dois anos antes da versão em espanhol dos “*Límites do Capital*”, apesar de que o trabalho de Smith se baseou fortemente em “*Límites do Capital*”⁶⁶.

Isto significa, pelo menos, duas coisas. Em primeiro lugar, os primeiros artigos filiados à *Labor Geography*, focando os esforços dos trabalhadores para criar seus próprios ajustes espaciais como um contraponto às explicações do capital-cêntrico da elaboração da

⁶⁵ Este é talvez pouco surpreendente, já que Smith era orientando de doutorado de Harvey na Universidade de John Hopkins, nos Estados Unidos (Nota do Autor).

⁶⁶ Harvey estava no meio da escrita *Limits to Capital*, quando Smith chegou à Universidade de John Hopkins em 1977. Ele, no entanto, reconheceu a influência de Smith sobre algumas das ideias que moldaram o livro (HARVEY, 2012) (Nota do Autor).

geografia do capitalismo, estavam ocorrendo na Geografia anglofônica mais ou menos ao mesmo tempo em que algumas das obras marxistas que eles se referenciavam estavam aparecendo em português. Dito de outra forma, visto que o que é, talvez, o conceito central tirado da obra de Harvey – o de ajuste espacial - foi introduzido em 1982 e foi amplamente divulgada por mais de uma década no mundo anglofônico antes do surgimento dos primeiros trabalhos da *Labor Geography* tendo em vista que os geógrafos brasileiros não falam e não lêem Inglês, a introdução do conceito de ajuste espacial desenvolvido por Harvey e a exposição dos primeiros trabalhos de *Labor Geography* Anglofônica, chegaram muito mais tardiamente do que se passou para os geógrafos do trabalho anglofônicos. Em segundo lugar, isso significa que mesmo dentro da obra marxista dos anos 1970 e 1980, cuja negação levaria ao surgimento da *Labor Geography* na década de 1990, a ordem de publicação de textos e, assim, a disseminação de ideias foi diferente no mundo que fala Inglês do que se passara no mundo de língua portuguesa.

Assim, o livro de Harvey “*Limites do Capital*” é geralmente visto no mundo que fala Inglês como tendo o pensamento em forma de Smith em “*Desenvolvimento Desigual*” porque este último veio depois. No entanto, alguém no Brasil lendo estas duas obras, oriundas das traduções em Espanhol e Português, pode imaginar que a influência de tenha caminhado em outra direção, dadas as suas respectivas datas de publicação em Espanhol e Português⁶⁷. Pela mesma medida, no entanto, é digno de nota que uma das obras fundamentais de Lefebvre sobre a qual grande parte da geografia marxista anglofônica da década de 1980 se fundamentou - sendo esta a sobrevivência do capitalismo, no qual ele argumentava que o capitalismo tem sido capaz de sobreviver porque produz determinadas geografias materiais - foi publicado em português como “*A Reprodução das Relações de produção*”, no mesmo ano em que ela apareceu em francês (1973), porém não foi traduzido para o Inglês até 1976. Da mesma forma, embora Harvey tenha citado em 1974 a edição francesa do livro de Lefebvre “*A produção do espaço*” (*La Production de l' Espace*, em francês), apareceu em Inglês em 1991, quando os geógrafos anglofônicos dedicaram mais atenção a ele.

Por fim, para mim, é muito interessante que o livro “*The condition of Postmodernity*” de Harvey (Condição Pós- moderna) parece ser mais amplamente citado pelos geógrafos brasileiros que trabalham em questões de *Labor* e de *Work* do que “*Limits to Capital*”. Isto é bastante interessante no contexto do desenvolvimento dos debates em Geografia do

⁶⁷ Este é destaque em 2011 o artigo de Puente Lozano na revista espanhola “*Documentos de Análise Geográfica*” delineou o desenvolvimento da teoria espacial crítica na Geografia anglofônica. Assim, embora ela enumere vários dos textos seminais da geografia marxista, ela não menciona “*Limites do Capital*” de Harvey e ainda faz referência ao seu “*Condição Pós-Moderna*” e à “*Desenvolvimento Desigual*” de Smith (Nota do Autor).

Trabalho Anglofônica, descrita acima porque “*The Condition of Postmodernity*” foi escrito em grande parte como uma resposta ao que Harvey notou como os perigos da virada para o pós-modernismo, em grande parte da produção acadêmica na América do Norte e Reino Unido, durante meados dos anos 1980, como, por exemplo, Dear (1988), em especial o que ele percebeu ser o fracasso do pós-modernismo para levar em consideração as mudanças materiais na sociedade capitalista. Em “*The Condition of Postmodernity*”, abordava o que Harvey via como a base material para a chamada "virada cultural", que geógrafos interessados em teoria pós-moderna estavam discutindo para influenciar a Geografia. Ele também viu o pós-modernismo e a virada cultural como um recuo político do marxismo e, portanto, um desenvolvimento conservador dentro de Geografia. Em contraste, é em “*Limits to Capital*” que Harvey delineou seus argumentos sobre o ajuste espacial e teorizou sobre a produção de paisagens do capital. O que tudo isto significa é que, para Geógrafos do Trabalho Anglofônicos é em “*Limits to Capital*”, que tem sido mais influente na formação, enquanto estudiosos brasileiros do *Labor* e do *Work* parecem ter sido mais influenciados por “*The condition of Postmodernity*”, aliás um livro raramente citado por Geógrafos do Trabalho de língua inglesa.

Ao comparar Geografia do Trabalho Anglofônica com as pesquisas e estudos' de geógrafos brasileiros sobre o trabalho e os trabalhadores, então, é claro que o uso do conceito de ajuste espacial de Harvey para enquadrar teoricamente a investigação tem sido muito mais prevalente na literatura anglofônica, do que tem sido na literatura do Brasil. Igualmente, os geógrafos brasileiros parecem ser menos atraídos por Lefebvre e Foucault, nas suas investigações sobre o trabalho e os trabalhadores, em termos de explorar como a produção do espaço é fundamental para a reprodução do capitalismo. Em vez disso, os geógrafos brasileiros têm sido muito mais interessados em compreender as condições de vida dos trabalhadores e como essas variam espacialmente. O que tudo isso sugere, então, é que existe algumas complicações no que diz respeito à transferência de ideias, por exemplo, entre a Geografia anglofônica e brasileira e de Geografia francofônica, a anglofônica e a Geografia no Brasil⁶⁸. Há também uma história complicada no que diz respeito à transferência de ideias entre o aparecimento em Inglês dos “*Limites do Capital*” e , pois há um interregno de 17 anos, enquanto que o tempo entre o aparecimento da versão em espanhol de “*Limites do Capital*” e a versão em Português de “*A condição pós-moderna*” foi de

⁶⁸ Eu incluo a "Europa" em vez do mais estreito "Reino Unido" porque existe uma bolsa de estudos em expansão em alguns países que não falam Inglês, que foi, no entanto, realizados em Inglês. Por exemplo, há um grupo ativo de noruegueses (ver BERGENE et al., 2010; JORDHUS-LIER 2012), alemão (ver BERNDT, 2000), e dinamarquês (ver SØGAARD et al., 2006) estudiosos do trabalho, mas muito dos seus trabalhos foram publicados em Inglês (Nota do Autor).

apenas três anos, o que sugere uma evolução muito mais abreviada do desenvolvimento das ideias de Harvey do que era realmente o caso. Infelizmente, porém, ao passo que a geografia histórica da influência da literatura anglofônica sobre geógrafos brasileiros que estudam o trabalho e os trabalhadores é bastante complexo, a geografia histórica dos Geógrafos Brasileiros 'influência sobre Geógrafos do Trabalho Anglofônicos é muito simples porque foi, francamente, muito inexistente. De fato, a transferência de ideias entre pesquisadores brasileiros e anglofônicos do trabalho tem sido decepcionante e unidirecional, principalmente porque falantes do inglês são notoriamente ruins quando se trata de aprendizagem de línguas estrangeiras, porque pouco trabalho de língua Portuguesa foi traduzido em Inglês, e porque a Geografia anglofônica é, em muitos aspectos bastante insular. Muitos estudiosos de língua Inglesa simplesmente assumem que os estudiosos que não falam Inglês terão que se aproximar da produção em inglês, enquanto os anglofônicos não terão que se envolver com o aprendizado do português⁶⁹. Isto repõe tanto atitudes culturais, mas também para realidades do poder político e cultural no mundo acadêmico, dado o domínio global de Inglês (AMMON, 2001; HARRIS, 2001; SHORT et al, 2001). Esse domínio se reflete na prevalência de revistas publicadas em Inglês, mesmo nos países onde a língua nacional não é o Inglês (por exemplo, da Noruega “*Norsk Geografisk Tidsskrift*” e da Holanda “*Tijdschrift Economische voor Sociale en Geografie*”⁷⁰). Embora isto seja verdade em uma série de campos, o domínio das revistas de língua inglesa é particularmente o caso da Geografia Humana (PAASI, 2005). O resultado foi que o discurso do mundo anglofônico tem sido privilegiado a nível mundial (STASZAK, 2001) e outras vozes muito frequentemente ignoradas, como a rica produção intelectual da Geografia do trabalho no Brasil.

RUMO AO FUTURO

Do meu ponto de vista, talvez os mais excitantes desenvolvimentos em pesquisa por geógrafos brasileiros sobre o tema do trabalho e dos trabalhadores se relacionam com o esforço de vincular os estudos geográficos do trabalho, meio ambiente e saúde do

⁶⁹ Uma das coisas que eu gostaria de ver acontecer e que eu vou procurar fazer na minha própria bolsa de estudos é estimular Geógrafos do Trabalho anglofônicos muito mais conscientes da riquíssima história da pesquisa sobre os trabalhadores realizados no Brasil, por geógrafos que se dedicam à Geografia do Trabalho (Nota do Autor).

⁷⁰ Estes são, respectivamente, a revista da Sociedade Geográfica da Noruega e da revista da Sociedade Geográfica Real holandesa (Nota do Autor).

trabalhador - que se manifesta no título e foco do seminário "Questões do Trabalho, Ambientais e da Saúde do Trabalhador." Desde o meu conhecimento nenhum projeto semelhante foi tentado por Geógrafos do Trabalho Anglofônicos. A fertilização cruzada destas três áreas, não só oferece sinergias interessantes para os geógrafos brasileiros, mas também, o modelo pode ser replicado, para os anglofônicos também. Ao considerar como estas três áreas de estudo podem ser ligadas entre si de forma produtiva gostaria de fazer três observações.

A primeira delas é que um ponto de partida para a reflexão sobre as ligações entre a investigação nas três áreas da geografia do trabalho e dos trabalhadores, a saúde do trabalhador e ao meio ambiente, e como esse esforço brasileiro pode se cruzar com as tradições anglofônicas e moldar o futuro desenvolvimento deste último, é considerar como o modo de produção capitalista em toda a sociedade une três conjuntos de processos, ou seja, as práticas envolvidas no dispêndio do trabalho humano, as práticas envolvidas na criação boa ou má da saúde humana, e as práticas envolvidas na a destruição ou não dos ecossistemas. Uma maneira pela qual podemos explorar como o modo de produção liga esses três conjuntos de práticas é através da compreensão de como qualquer modo de produção molda o fazer-se da paisagem natural e social dentro da sociedade em que ele domina. Significativamente, porque o objetivo central do modo de produção capitalista é extrair mais-valia dos trabalhadores através do mecanismo do trabalho assalariado, as paisagens naturais e sociais produzidas sob o capitalismo contemporâneo são muito diferentes daquelas produzidas em outros tipos de organização social, por exemplo, as da Europa feudal ou sociedades de planejamento centralizado, como a ex-União Soviética. Isso tem implicações na forma como trabalho, saúde e meio ambiente estão ligados. Um foco sobre o fazer-se das paisagens - ou seja, a produção do espaço - e como isso é especialmente moldado pelo capitalismo como uma forma útil para conectar essas três áreas de estudo, quero sugerir, tanto porque o conceito de paisagem é central no campo da Geografia (e assim dá as três subáreas uma maneira de conectar ao coração histórico da disciplina), mas também porque paisagens como entidades materiais são *shapers* fundamentais de como vivemos nossas vidas como seres humanos .

Tal enfoque sobre a confecção de paisagens tornou-se cada vez mais imperativo porque a organização ecológica das paisagens, e assim como os trabalhadores trabalham e vivem dentro delas durante os últimos dois séculos, têm cada vez mais refletido as forças sociais de produção capitalista. Hoje, a localização da atividade econômica é menos o resultado de fatores naturais como clima e fertilidade da terra e mais produto de

determinações sociais, como a dinâmica da acumulação de capital. Assim, como a tecnologia e as forças de produção se desenvolveram ao longo do tempo, a nossa capacidade de transformar e, com efeito, "produzir natureza" aumentou dramaticamente⁷¹. Certamente, as ações humanas em outros modos de produção, como nas sociedades de caçadores-coletores no o feudalismo, moldaram como a natureza e a paisagem natural são feitas, ao longo dos séculos. No passado, isso era influência humana através de atividades de baixa tecnologia e geograficamente específicas, como limpar a terra em determinadas regiões que alterou os padrões de vegetação ou a criação seletiva de diferentes plantas e animais que moldou os seus ritmos biológicos e aparência física. No entanto, o surgimento e aprofundamento do capitalismo transformou drasticamente a capacidade dos seres humanos de moldar o mundo natural. Hoje, o poder de produzir a natureza através de meios como a bio- engenharia que, por exemplo, tem reduzido os tempos de crescimento de frangos na avicultura moderna e as consequências das alterações climáticas induzidas pelo homem é muito maior. Porque ele está condicionado pelo modo de produção, a maneira em que esta produção da natureza ocorre, então, é importante para compreender as conexões geográficas e sociais entre trabalho, saúde e meio ambiente sob o capitalismo, pois, como Neil Smith (1984/1990) argumentou, a produção de natureza é a base para a produção do espaço e da geografia do capitalismo.

O segundo ponto de conexão é pensar sobre como o processo de auto-reprodução dos trabalhadores cruza-se com a geografia do trabalho, a geografia da saúde e geografia do ambiente. Obviamente, o fato de que os trabalhadores devem trabalhar para viver significa que eles estão envolvidos na transformação do ambiente natural. Às vezes como no caso dos trabalhadores agrícolas, extrativistas ou mineiros, trata-se de trabalhar diretamente na paisagem natural. Em outros casos, como acontece com os trabalhadores de fábrica, que implica trabalhar com matérias-primas que foram escavadas no solo ou cultivadas e colhidas. Em outros casos, como acontece com os trabalhadores do setor terciário que gerenciam o processo de produção e distribuição e financiamento desta mineração, colheita, ou operações de fabricação, que envolve a transferência e venda de produtos que têm suas origens na natureza. E ainda em outros casos, envolve a coleta e processamento do lixo da produção capitalista como, por exemplo, no caso de empresas de reciclagem de lixo eletrônico ou outros que gerenciam bens descartados ou que buscam

⁷¹ Para apenas dar um exemplo, a aplicação de capital sob a forma de investimento em várias tecnologias significa que bananas estão sendo cultivadas na Islândia! (Nota do Autor).

transformá-los em matéria-prima para novos produtos⁷². Da mesma forma, as casas dos trabalhadores e outras infraestruturas de que necessitam para viver são feitas de materiais que têm sua origem na natureza. Assim, a geografia do trabalho e a geografia do ambiente estão ligadas com os processos pelos quais os trabalhadores se reproduzem em uma base diária ou geracional. Ao mesmo tempo, porém, as atividades em que os trabalhadores se dedicam a se reproduzir biologicamente e socialmente têm implicações para a geografia da saúde, tanto a sua própria e a de outras pessoas e outras formas de vida. Assim, não somente os riscos e degradação ambiental podem ser gerados através do processo de auto-reprodução dos trabalhadores - talvez quando as pessoas pobres eliminarem os resíduos de forma irresponsável, porque não podem se dar ao luxo de descartá-lo de forma responsável -, mas o processo de trabalho pode ter efeitos físicos e psicológicos dramáticos sobre os corpos dos trabalhadores. Assim, os trabalhadores no local de trabalho podem ser expostos aos produtos químicos, ou sofrer de *stress*, lesões por movimentos repetitivos, serem gravemente feridos por acidentes de trabalho, sofrer de depressão, devido à monotonia da sua vida profissional⁷³. O que isto significa é que o impacto em seus corpos pelo que fazem para sobreviver também afeta o modo como eles vivem fora do local de trabalho, isto é, eles não deixam esses tipos de doenças causadas pelo ambiente de trabalho e doenças para trás quando saem do trabalho. Em vez disso, carregam para si todos os tipos de repercussões e para a sociedade ou a assistência pública que têm de lidar com as consequências de tais acidentes. Com as atenções para a “auto-reprodução” dos trabalhadores, tem-se a maneira pela qual a ligação que acontece no local de trabalho, em termos de saúde dos trabalhadores com o que acontece fora do local de trabalho, na sociedade em geral em outras palavras, como os espaços de trabalho e não-trabalho estão ligados e aspectos relacionados com a transformação do meio ambiente.

Finalmente, em busca da ligação entre as três áreas do trabalho e trabalhadores, saúde do trabalhador, e ambiente, devemos considerar explicitamente a importância da “dialética sócio-espacial” – isto é, a relação entre a organização geográfica do capitalismo e sua organização social – e como a geografia é constitutiva dos processos social e biológico. Então, enquanto podemos ver que o capitalismo claramente produz certos tipos de paisagens sociais e naturais nas quais alguns trabalhadores precisam trabalhar e também produzem certos tipos de dano para o corpo humano porque a forma com que o trabalho é

⁷² Para um quadro teórico que conceitua o papel dos resíduos em ciclos contínuos de acumulação capitalista, ver Herod et al. (2013a; 2013b).

⁷³ Engels (1844/1993, p.252-253) foi um dos primeiros a escrever como as condições de trabalho impacta no corpo/saúde dos trabalhadores fornecendo um relato fascinante de como as minas de carvão do século XIX na Inglaterra impactavam nesses aspectos. Para um exemplo mais recente, consultar Søgaard et al. (2006).

organizado no capitalismo como os trabalhadores trabalham e respondem às exigências da acumulação do capital também molda como a geografia do capitalismo é feita, como as doenças podem se espalhar, e como o meio natural pode ser degradado ou não. Dito de outra forma, não apenas a forma na qual o ambiente natural é feito e como as doenças também são geradas no ambiente de trabalho ou se espalham têm efeitos significativos sobre os trabalhadores, pois as ações dos trabalhadores podem também afetar como o ambiente natural é feito, e a geografia de várias doenças, especialmente se são doenças não transmissíveis, como o desenvolvimento de vários cânceres ou a síndrome do túnel do carpo, ou doenças transmissíveis, as quais a dispersão espacial é formada por padrões de socialização humana, pela migração de trabalhadores⁷⁴. Consequentemente, um foco sobre a maneira pela qual a estrutura da paisagem natural e econômica molda a geografia da saúde e doenças fornece outro ponto de intersecção entre as três áreas de pesquisa.

Ligando como o modo de produção dá forma às práticas de auto-reprodução dos trabalhadores e como, estas práticas moldam formas de produção dos trabalhadores, por sua vez, estas práticas dão forma à construção de paisagens naturais e sociais e, em seguida, permite-nos ligar as três áreas: de saúde do trabalhador, o meio ambiente e a geografia do trabalho em um único quadro teórico, ou seja, explorar como o capital faz com que determinados ajustes espaciais trazem consequências para a organização do trabalho, saúde humana e degradação ambiental, mas também a forma como os trabalhadores criam seus próprios ajustes espaciais, como eles lutam para sobreviver e o que isso significa para a geografia da saúde, doença e meio ambiente. A natureza do trabalho, a saúde daqueles que fazem o trabalho e o ambiente (social e natural) em que esse trabalho é realizado são todos influenciados pelo modo de produção capitalista. Como resultado, devemos fazer coletivamente a seguinte pergunta fundamental: quais os tipos de paisagens ecológicas e econômicas que queremos produzir e qual papel podem desempenhar os geógrafos críticos sobre esse tema?

Precisamos decidir coletivamente se queremos produzir paisagens nas quais os trabalhadores podem alcançar todo seu potencial e, se reproduzirem com sucesso no dia a dia e de geração em geração. E ainda, se estariam a salvo de doenças e lesões, tendo em

⁷⁴ Martens e Hall (2000) notaram, por exemplo, que a malária começou a ressurgir em muitos países e áreas, uma vez que se pensava estar livre da doença. Eles sugerem que um fator importante que contribui para este ressurgimento é a migração humana, particularmente de pessoas pobres à procura de trabalho. Outros fatores criados humanamente incluem a limpeza de terras para criar ambientes para o cultivo de arroz (que fornece criadouros para mosquitos) e rápida, não regulamentada urbanização, o que muitas vezes leva a um aumento (ou a retomada) da transmissão da malária por causa da falta de saneamento, falta de drenagem adequada de água de superfície, e da utilização de reservatórios de água desprotegidas que aumentam o contato humano-vetor e reprodução de vetores (Nota do Autor).

vista que o ambiente não é degradado, ou se queremos, ao contrário produzir paisagens nas quais os trabalhadores vivem vidas precárias. Em essência essa é tanto uma questão política como geográfica, isto é, aquela que deve orientar nossa práxis como geógrafos críticos, independentemente de saber se são brasileiros, norte-americanos, britânicos, australianos, franceses, ou qualquer outra nacionalidade.

REFERÊNCIAS

- AMMON, Ulrich (Ed.). **The Dominance of English as a Language of Science: Effects on Other Languages and Language Communities**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2001.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia, Ciência da Sociedade: Uma Introdução à Análise do Pensamento Geográfico**. São Paulo: Atlas, 1987.
- ARONOWITZ, Stanley. Writing labor's history. **Social Text** 8 & 9 (double issue): 171-195, 1990.
- BARCHIESI, Franco. Transnational capital, urban globalisation and cross-border solidarity: The case of the South African Municipal Workers. **Antipode** 33.3: 384-406, 2001.
- BECKER, Bertha K. Geography in Brazil in the 1980s: Background and recent advances. **Progress in Human Geography** 10.2: 157-183.
- BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. A geografia do trabalho em movimento. **Geografia do trabalho no século XXI** 8.1: ???-???, 2013. (no prelo).
- CASTREE, Noel. Geographical scale and grassroots internationalism: The Liverpool dock dispute, 1995-1998. **Economic Geography** 76.3: 272-292, 2000.
- BATER, James. **The Soviet City: Ideal and Reality**. London: Edward Arnold, 1980.
- BERNDT, Christian. The rescaling of labour regulation in Germany: From national and regional corporatism to intrafirm welfare? **Environment and Planning A** 32.9: 1569-1592, 2000.
- BLOMLEY, Nicholas. **Law, Space and the Geographies of Power**. New York: Guilford Press, 1994.
- CARMICHAEL, Leah, and HEROD, Andrew. Dockers and seafarers: What the politics of spatial embeddedness and geographical scale have meant for union organizing in the European maritime trades. **Labor Studies Journal** 37.2: 203-227, 2012.
- CHRISTALLER, Walther. **Central Places in Southern Germany**. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1966 (originally published in German as *Die zentralen Orte in Süddeutschland* in 1933).
- CLARK, Gordon. Restructuring the U.S. economy: The NLRB, the Saturn Project, and economic justice. **Economic Geography** 62.4: 289-306, 1986.
- _____. A question of integrity: The National Labor Relations Board, collective bargaining and the relocation of work. **Political Geography Quarterly** 7.3: 209-227, 1988.

-
- _____. The context of federal regulation: Propaganda in US union elections. **Transactions of the Institute of British Geographers, New Series** 14.1: 59-73, 1989.
- _____. **Unions and Communities Under Siege: American Communities and the Crisis of Organized Labor**. New York: Cambridge University Press, 1989a.
- COOKE, Philip. Regional restructuring: Class politics and popular protest in South Wales. **Environment and Planning D: Society and Space** 1.3: 265-263, 1980.
- _____. Class practices as regional markers: A contribution to labour geography. In: GREGORY, Derek, and URRY, John (Eds.). **Social Relations and Spatial Structures**. New York: St. Martin's Press, pp. 213-241, 1985.
- CRAMPTON, Jeremy, and ELDEN, Stuart (Eds.). **Space, Knowledge and Power: Foucault and Geography**. Aldershot, UK: Ashgate Publishing, 2007.
- CUMBERS, Andrew. Genuine renewal or pyrrhic victory? The scale politics of trade union recognition in the UK. **Antipode** 37.1: 116-138, 2005.
- CURRY, Michael. On space and spatial practice in contemporary geography. In: EARLE, Carville, MATHEWSON, Kent, and KENZER, Martin (Eds.). **Concepts in Human Geography**. Lanham, MD: Rowman and Littlefield, pp. 3-32, 1996.
- DASSBACH, C.H.A. Lean production, labor control, and post-Fordism in the Japanese automobile industry. In: GREEN, William C., and YANARELLA, Ernest J. (Eds.). **North American Auto Unions in Crisis: Lean Production as Contested Terrain**. Albany, NY: SUNY Press, pp. 19-40, 1996.
- DEAR, Michael. The Postmodern Challenge: Reconstructing Human Geography. **Transactions of the Institute of British Geographers, New Series** 13.3: 262-274, 1988.
- DOHSE, Knuth, JÜRGENS, Ulrich, and MALSCH, Thomas. From "Fordism" to "Toyotism"? The Social Organization of the Labor Process in the Japanese Automobile Industry. **Politics and Society** 14.2: 115-146, 1985.
- ELDEN, Stuart. **Understanding Henri Lefebvre**. London: Continuum, 2004.
- ELLEM, Bradon and SHIELDS, John. Rethinking regional industrial relations: Space, place and the social relations of work. **Journal of Industrial Relations** 41.4, pp. 536-560, 1999.
- ENGELS, Friedrich. **The Condition of the Working Class in England**. Oxford: Oxford University Press. (1845/1993) (originally published in German in 1845).
- FOLKE, Steen. Why a radical geography must be Marxist. **Antipode** 4.2: 13-18, 1972.
- FOUCAULT, Michel. **Discipline and Punish: The Birth of the Prison**. New York: Pantheon Books, 1977 (originally published in French in 1975).
- _____. Questions on Geography. In: GORDON, Colin (Ed.). **Power/ Knowledge: Selected Interviews and Other Writings, 1972-1977**. New York: Pantheon Books, pp. 173-182, 1980.
- _____. Space, knowledge, and power. In: RABINOW, Paul (Ed.). **The Foucault Reader: An Introduction to Foucault's Thought**. London: Harmondsworth Press, pp. 239-256, 1984.
- FRANK, Dana. **Purchasing Power: Consumer Organizing, Gender, and the Seattle Labor Movement, 1919-1929**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

-
- GHIZZO, Márcio Roberto, and ROCHA, Márcio Mendes. Mobilidade e Ajuste Espacial em David Harvey/ Mobility and Spatial Adjustment in David Harvey. Unpublished manuscript (no date). Available at www.nilsonfraga.com.br/anais/GHIZZO_M_rcio_Roberto.pdf; last accessed July 29, 2013.
- GIDDENS, Anthony. **The Constitution of Society: Outline of the Theory of Structuration**. Berkeley: University of California Press, 1984.
- GOUGH, Jamie. Workers' strategies to secure jobs, their uses of scale, and competing economic moralities: Rethinking the "geography of justice". **Political Geography** 29.3: 130-139, 2010.
- GRIFFITHS, Michael J., and JOHNSTON, Ronald J. What's in a place? An approach to the concept of place, as illustrated by the British National Union of Mineworkers' strike, 1984-85. **Antipode** 23.2: 185-213, 1991.
- HARRIS, Chauncy, D. English as international language in Geography: Development and limitations. **Geographical Review** 91.4: 675-689, 2001.
- HARTSHORNE, Richard. **The Nature of Geography: A Critical Survey of Current Thought in the Light of the Past**. Lancaster, PA: Association of American Geographers, 1939.
- HARVEY, David. Revolutionary and counter revolutionary theory in geography and the problem of ghetto formation. **Antipode** 4: 1-13, 1972.
- _____. **Social Justice and the City**. London: Edward Arnold, 1973.
- _____. Labor, capital, and class struggle around the built environment in advanced capitalist societies. **Politics and Society** 6.3: 265-295, 1976.
- _____. The urban process under capitalism: A framework for analysis. **International Journal of Urban and Regional Research** 2: 101-131, 1978.
- _____. **A Justiça Social e a Cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.
- _____. **The Limits to Capital**. Oxford: Basil Blackwell, 1982.
- _____. **The Condition of Postmodernity: An Enquiry into the Origins of Cultural Change**. Oxford: Blackwell, 1989.
- _____. **Los Límites del Capitalismo y la Teoría Marxista**. Mexico City: Fondo de Cultura Económica, 1990.
- _____. **Condição Pós-moderna: Uma Pesquisa Sobre Origens da Mudança Cultural**. São Paulo: Loyola, 1993.
- _____. Neil Smith: a critical geographer. **Environment and Planning D: Society and Space** 30.6: 949-950.
- HEPPLE, Leslie W. Geopolitics, generals and the state in Brazil. **Political Geography Quarterly** 5.4: S79-S90, 1986.
- HEROD, Andrew. Local political practice in response to a manufacturing plant closure: How geography complicates class analysis. **Antipode** 23.4: 385-402, 1991a.
- _____. The production of scale in United States labour relations. **Area** 23.1: 82-88, 1991b.
- HEROD, Andrew. From a geography of labor to a labor geography: Labor's spatial fix and the geography of capitalism. **Antipode** 29.1: 1-31, 1997a.
- _____. Labor's spatial praxis and the geography of contract bargaining in the US east coast longshore industry, 1953-89. **Political Geography** 16.2: 145-169, 1997b.

-
- _____. **Organizing the Landscape: Geographical Perspectives on Labor Unionism.** Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998.
- _____. **Labor Geographies: Workers and the Landscapes of Capitalism.** New York: Guilford Press, 2001.
- _____. Social engineering through spatial engineering: Company towns and the geographical imagination. In: DINIUS, Oliver J., and VERGARA, Angela (Eds.). **Company Towns in the Americas: Landscape, Power, and Working-Class Communities.** Athens, GA: University of Georgia Press, pp. 21-44, 2010a.
- _____. Labour geography: Where have we been, where should we go? In: BERGENE, Ann Cecilie, ENDRESEN, Sylvi B., and KNUTSEN, Hege Merete (Eds.). **Missing Links in Labour Geography.** Farnham, UK: Ashgate, pp. 15-28, 2010b.
- _____. **Scale.** London: Routledge, 2010c.
- HEROD, Andrew, PECK, Jamie, and WILLS, Jane. Geography and industrial relations. In: ACKERS, Peter, and WILKINSON, Adrian (Eds.). **Understanding Work and Employment: Industrial Relations in Transition.** Oxford: Oxford University Press, pp. 176-192, 2003.
- HEROD, Andrew, PICKREN, Graham, RAINNIE, Al, and MCGRATH-CHAMP, Susan. Waste, commodity fetishism and the ongoingness of economic life. **Area** 45.3: 376-382, 2013a .
- HEROD, Andrew, PICKREN, Graham, RAINNIE, Al, and MCGRATH-CHAMP, Susan. Global Destruction Networks, labour, and waste. **Journal of Economic Geography** ??: 1-21, 2013b (in press).
- HEROD, Andrew, RAINNIE, Al, and MCGRATH-CHAMP, Susan. Working space: Why incorporating the geographical is central to theorizing work and employment practices. **Work, Employment and Society** 21.2: 247-264, 2007.
- HOLMES, John. New production technologies, labour and the North American auto industry. In: LINGE, Godfrey J. R., and Van Der Knaap, G. A. (Eds.). **Labour, Environment and Industrial Change.** London: Routledge, pp. 87-106, 1989.
- HOLMES, John. Re-scaling collective bargaining: union responses to restructuring in the North American auto industry. **Geoforum** 35.1: 9-21, 2004.
- HUDSON, Ray, and SADLER, David. Region, class, and the politics of steel closures in the European Community. **Environment and Planning D: Society and Space** 1: 405-428, 1983.
- HUDSON, Ray, and SADLER, David. Contesting work closures in Western Europe's old industrial regions: Defending place or betraying class? In: SCOTT, Allen, and STORPER, Michael (Eds.). **Production, Work, Territory: The Geographical Anatomy of Industrial Capitalism.** Boston: Allen and Unwin, pp. 172-194, 1986.
- HUMPHREY, Craig R., ERICKSON, Rodney A., and OTTENSMEYER, Edward J. Industrial development organizations and the local dependence hypothesis. **Policy Studies Journal** 17.3: 624-642, 1989.
- HYMAN, Richard. An emerging agenda for trade unions? In: MUNCK, Ronaldo (Ed.). **Labour and Globalisation: Results and Prospects.** Liverpool: Liverpool University Press, pp. 19-33, 2004.

- JOHNS, Rebecca, and VURAL, Leyla. Class, geography, and the consumerist turn: UNITE and the Stop Sweatshops Campaign. **Environment and Planning A** 32.7: 1193-1213, 2000.
- JOHNSTON, Kristin. Judicial adjudication and the spatial structure of production: Two decisions by the National Labor Relations Board. **Environment and Planning A** 18: 27-39, 1986.
- JORDHUS-LIER, David. The geographies of community-oriented unionism: Scales, targets, sites and domains of union renewal in South Africa and beyond. **Transactions of the Institute of British Geographers, New Series** 38.1: 36-49, 2012.
- LEFEBVRE, Henri. **A Reprodução das Relações de Produção**. Tradução: Antonio Ribeiro e M. do Amaral. Porto (Portugal): Publicações Escorpião – Cadernos O Homem e a Sociedade, 1973 (originally published in French in 1973 under the title **La Survie du Capitalisme : La Reproduction des Rapports de Production**).
- _____. **The Survival of Capitalism: Reproduction of the Relations of Production**. London: St. Martin's Press, 1976 (originally published in French in 1973 under the title **La Survie du Capitalisme: La Reproduction des Rapports de Production**).
- _____. **The Production of Space**. Oxford: Basil Blackwell, 1991 (originally published in French in 1974).
- LÖSCH, August. **The Economics of Location**. New Haven: Yale University Press, 1954 (originally published in German in 1940).
- MACDUFFIE, John P. Workers' roles in lean production: The implications for worker representation. In: BABSON, Steve (Ed.). **Lean Work: Empowerment and Exploitation in the Global Auto Industry**. Detroit: Wayne State University Press, pp. 54-69, 1995.
- MACHADO, Lia Osório. Origens do pensamento geográfico no Brasil: Meio tropical, espaços vazios e a ideia de ordem (1870-1930). In: CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo César da Costa, and CORRÊA, Roberto Lobato (Eds.). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand, pp. 309-351, 1995.
- _____. História do pensamento geográfico no Brasil. **Terra Brasilis** # 1, 2000. Available online at <http://terrabrasilis.revues.org/295>; last accessed July 31, 2013.
- MARTENS, Pim, and HALL, Lisbeth. Malaria on the move: human population movement and malaria transmission. **Emerging Infectious Diseases** 6.2: 103-109, 2000.
- MARX, Karl. **The Eighteenth Brumaire of Louis Bonaparte**. New York: International Publishers, 1963 (originally published in German in 1852; 2004 printing).
- MASSEY, Doreen. Towards a critique of industrial location theory. **Antipode** 5.3: 33-39, 1973.
- _____. Introduction: Geography matters. In: MASSEY, Doreen, and ALLEN, John (Eds.). **Geography Matters! A Reader**. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 1-11, 1984.
- _____. **Spatial Divisions of Labour: Social Structures and the Geography of Production**. London: Macmillan, 1984b.

-
- MCGRATH-CHAMP, Susan. Enterprise bargaining and regional prospects: The effects of rescaling wage regulation in Australia. **Economic & Industrial Democracy** 26:3: 413-442, 2005.
- MCGRATH-CHAMP, Susan, HEROD, Andrew, and RAINNIE, Al (Eds.). **Handbook of Employment and Society: Working Space**. Cheltenham, UK: Edward Elgar, 2010.
- MCCULLOCH, Frank W., and BORNSTEIN, Tim. **The National Labor Relations Board**. New York: Praeger, 1974.
- MERRIFIELD, Andrew. **Dialectical Urbanism: Social Struggles in the Capitalist City**. New York: Monthly Review Press, 2002.
- MOHAMMAD, Robina. Gender, space and labour market participation: The experiences of British Pakistani women. In: MCGRATH-CHAMP, Susan, HEROD, Andrew, and RAINNIE, Al (Eds.). **Handbook of Employment and Society: Working Space**. Cheltenham, UK: Edward Elgar, pp. 144-158, 2010.
- MOLOTCH, Harvey. The city as a growth machine: Toward a political economy of place. **American Journal of Sociology** 82: 309-332, 1976.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. Geografia, história e história da geografia. **Terra Brasilis** #2, 2000. Available at <http://terrabrasilis.revues.org/319>; last accessed July 31, 2013.
- MOURA, Rosa, DE OLIVEIRA, Deuseles, DOS SANTOS LISBOA, Helena, FONTOURA, Leandro Martins, and GERALDI, Juliano. Geografia Crítica: Legado Histórico ou Abordagem Recorrente? **Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales** (Serie documental de Geo Crítica), Universidad de Barcelona, Vol. XIII, nº 786, 2008.
- NUNES PEREIRA, Sérgio. Histórias do pensamento geográfico. **Terra Brasilis** #2, 2000. Available at <http://terrabrasilis.revues.org/316>; last accessed July 31, 2013.
- OSELAND, Stina Ellevseth, HAARSTAD, Håvard, and FLØYSAND, Arnt. Labor agency and the importance of the national scale: Emergent aquaculture unionism in Chile. **Political Geography** 31.2: 94-103, 2012.
- PAASI, Anssi. Globalisation, academic capitalism, and the uneven geographies of international journal publishing spaces. **Environment and Planning A** 37.5: 769-789, 2005.
- PAINTER, Joe. The geography of trade union responses to local government privatization. **Transactions of the Institute of British Geographers, New Series** 16. 2: 214-226, 1991.
- PARKER, Mike, and SLAUGHTER, Jane. **Choosing Sides: Unions and the Team Concept**. Boston: South End Press, 1988.
- PEET, Richard. Outline for a second-year course on the socioeconomic geography of American poverty. **Antipode** 2.2: 1-34, 1970.
- _____. Spatial dialectics and Marxist geography. **Progress in Human Geography** 5: 105-110, 1981.
- _____. Relations of production and the relocation of United States manufacturing industry since 1960. **Economic Geography** 59: 112-143, 1983.

- PUENTE LOZANO, Paloma. La reconstrucción de los enfoques críticos contemporáneos y el rol del espacio: Una visión desde la geografía. **Documents d'Anàlisi Geogràfica** 57.2: 223-254, 2011.
- _____. Los desplazamientos críticos de la historia de la geografía. **Terra Brasilis: Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica (Nova Série)** #2, 2013. Available online at <http://terrabrasilis.revues.org/781>; last accessed July 31, 2013.
- RAINNIE, Al, HEROD, Andrew, and MCGRATH-CHAMP, Susan. Spatialising industrial relations. **Industrial Relations Journal** 38.2: 102-118, 2007.
- RESENDE, Márcia Spyer **A Geografia do Aluno Trabalhador: Caminhos para uma Prática de Ensino**. São Paulo: Loyola, 1986.
- RYAN, Shaun, and HEROD, Andrew. Restructuring the architecture of state regulation in the Australian and Aotearoa/ New Zealand cleaning industries and the growth of precarious employment. **Antipode** 38.3: 486-507, 2006.
- RUTHERFORD, Todd. Scaling up by law? Canadian labour law, the nation-state and the case of the British Columbia Health Employees Union. **Transactions of the Institute of British Geographers, New Series** 38. 1, 25-35, 2013.
- SADLER, David, and FAGAN, Bob. Australian trade unions and the politics of scale: Reconstructing the spatiality of industrial relations. **Economic Geography** 80.1: 23-43, 2004.
- SANTOS, Milton. **A cidade nos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- _____. **Geografia y economía urbanas en los países subdesarrollados**. Barcelona: Oikos-Tau, Colección Ciências Geográficas, 1973.
- _____. **Por uma Geografia nova**. São Paulo: Hucitec, 1978.
- _____. **Ensaio sobre a urbanização latino-americana**. São Paulo: Hucitec, 1982.
- SAVAGE, Lydia. Geographies of organizing: Justice for Janitors in Los Angeles. In: HEROD, Andrew (Ed.). **Organizing the Landscape: Geographical Perspectives on Labor Unionism**. Minneapolis: University of Minnesota Press, pp. 225-252, 1998.
- SHORT, John Rennie, BONICHE, Armando, KIM, Yeong, and LI LI, Patrick. Cultural globalization, global English, and geography journals. **The Professional Geographer** 53.1: 1-11, 2001.
- SMITH, Neil. **Uneven Development: Nature, Capital and the Production of Space**. Oxford: Basil Blackwell, 1984 (1990 edition).
- _____. On the necessity of uneven development. **International Journal of Urban and Regional Research** 10.1: 87-104, 1986.
- _____. **Desenvolvimento Desigual: Natureza, Capital e a Produção de Espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- _____. Geography as museum: Private history and conservative idealism in *The Nature of Geography*. In: ENTRIKIN, J. Nicholas, and BRUNN, Stanley (Eds.). **Reflections on Richard Hartshorne's *The Nature of Geography***. Washington, DC: Occasional Publications of the Association of American Geographers, pp. 91-120, 1989.

- SØGAARD, Karen, BLANGSTED, Anne Katrine, HEROD, Andrew, and FINSEN, Lotte. Work design and the labouring body: Examining the impacts of work organisation on Danish cleaners' health. **Antipode** 38.3: 579-602, 2006.
- SOJA, Edward. The socio-spatial dialectic. **Annals of the Association of American Geographers** 70.2: 207-225, 1980.
- SOUTHALL, Humphrey. Towards a geography of unionization: The spatial organization and distribution of early British trade unions. **Transactions of the Institute of British Geographers, New Series** 13.4: 466-483, 1988.
- STASZAK, Jean-François. Les enjeux de la géographie anglo-saxonne. In: STASZAK, Jean-François, COLLIGNON, Béatrice, CHIVALLON, Christine, DEBARBIEUX, Bernard, GENEAU DE LAMARLIÈRE, Isabelle, and HANCOCK, Claire (Eds.). **Géographies anglo-saxonnes: Tendances Contemporaines**. Paris: Belin, pp. 7-21, 2001.
- STEVENSON, Jeffrey Alan, and ANDRIEN, Kenneth J. **Golbery Do Couto E Silva and the Geopolitical Foundations of the Brazilian National Security State**. Columbus: Ohio State University Press, 1993.
- SUNLEY, Peter. Striking parallels: A comparison of the geographies of the 1926 and 1984-85 coalmining disputes. **Environment and Planning D: Society and Space** 8.1: 35-52, 1990.
- SWEENEY, Brian, and Holmes, John. Problematizing labour's agency: Rescaling collective bargaining in British Columbia pulp and paper mills. **Antipode** 45.1: 218-237, 2013.
- TUFTS, Steven. Community unionism in Canada and labor's (re)organization of space. **Antipode** 30.3: 227-250, 1998.
- TYNER, James. **The Killing of Cambodia: Geography, Genocide and the Unmaking of Space**. Aldershot, UK: Ashgate Publishing, 2008.
- ULANOWICZ, Robert. E. Aristotelean causalities in ecosystem development. **Oikos** 57.1: 42-48, 1990.
- VLACH, Vânia Rubia Farias. Estudo preliminar acerca dos geopolíticos militares brasileiros. **Terra Brasilis** # 4-5, 2003. Available online at <http://terrabrasilis.revues.org/359>; last accessed July 31, 2013.
- WALKER, Richard. Two sources of uneven development under advanced capitalism: Spatial differentiation and capital mobility. **Review of Radical Political Economics** 10: 28-37, 1978.
- _____. A theory of suburbanization: Capitalism and the construction of urban space in the United States. In: DEAR, Michael, and SCOTT, Allen (Eds.). **Urbanization and Urban Planning in Capitalist Society**. London: Methuen, pp. 383-429, 1981.
- WALSH, Jess. Organizing the scale of labor regulation in the United States: Service-sector activism in the city. **Environment and Planning A** 32. 9: 1593-1610, 2000.
- WEBER, Alfred. **Theory of the Location of Industries**. Chicago: University of Chicago Press, 1929 (originally published in German in 1909).
- WILLS, Jane. Taking on the CosmoCorps? Experiments in transnational labor organization. **Economic Geography** 74.2: 111-130, 1998a.

- _____. Space, place, and tradition in working-class organization. In: HEROD, Andrew (Ed.). **Organizing the Landscape: Geographical Perspectives on Labor Unionism**. Minneapolis: University of Minnesota Press, pp. 129-158, 1998b.
- _____. Community unionism and trade union renewal in the UK: Moving beyond the fragments at last? **Transactions of the Institute of British Geographers, New Series** 26.4, 465-483, 2001.
- ZILE, Zigurds. Programs and problems of city planning in the Soviet Union. **Washington University Law Quarterly** 63.1: 19-59, 1963.